

Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

<u>Número de informação</u>	Índice	Página
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2002/C 26/01	Taxas de câmbio do euro	1
2002/C 26/02	Procedimento de informação — Regras técnicas ⁽¹⁾	2
2002/C 26/03	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções	6
2002/C 26/04	Auxílios estatais — Reino Unido — Auxílio C 52/2001 (ex NN 51/2000) — Empresas elegíveis em Gibraltar — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	9
2002/C 26/05	Auxílios estatais — Reino Unido — Auxílio C 53/2001 (ex NN 52/2000) — Empresas isentas em Gibraltar — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	13
2002/C 26/06	Auxílios estatais — Alemanha — Auxílio C 62/2000 (ex NN 142/99) — Auxílio a favor da Kahla Porzellan GmbH e da Kahla/Thüringen Porzellan GmbH — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾ ...	19
2002/C 26/07	Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.2631 — PTT/Hermes Versand) — Processo susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento simplificado ⁽¹⁾	33

II *Actos preparatórios*

.....

<u>Número de informação</u>	Índice (continuação)	Página
	III <i>Informações</i>	
	Comissão	
2002/C 26/08	Convite à apresentação de propostas relativas ao quadro comunitário de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável	34
2002/C 26/09	Exploração de serviços aéreos regulares — Concurso lançado pela França nos termos do n.º 1, alínea d), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho para a exploração de serviços aéreos regulares entre Lorient (Lann Bihoué) e Lião (Saint-Exupéry) ⁽¹⁾	35

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾**29 de Janeiro de 2002***(2002/C 26/01)*

1 euro	=	7,4282	coroas dinamarquesas
	=	9,2251	coroas suecas
	=	0,6106	libra esterlina
	=	0,8624	dólares dos Estados Unidos
	=	1,3697	dólares canadianos
	=	114,94	ienes japoneses
	=	1,4717	francos suíços
	=	7,8405	coroas norueguesas
	=	89,29	coroas islandesas ⁽²⁾
	=	1,677	dólares australianos
	=	2,041	dólares neozelandeses
	=	9,8831	randes sul-africanos ⁽²⁾

⁽¹⁾ Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

⁽²⁾ Fonte: Comissão.

Procedimento de informação — Regras técnicas

(2002/C 26/02)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação (JO L 204 de 21.7.1998, p. 37; JO L 217 de 5.8.1998, p. 18)

Notificações de projectos nacionais de regras técnicas recebidas pela Comissão

Referência ⁽¹⁾	Título	Fim do prazo de três meses do status quo ⁽²⁾
2001/492/P	Equipamentos de embarcações de recreio	21.3.2002
2001/527/UK	Portaria que regulamenta os poderes de investigação (manutenção da capacidade de intervenção), de 2002	22.3.2002
2001/528/E	Portaria do Ministério da Presidência que altera as referências às normas UNE constantes do anexo ao Decreto Real 1313/1988, de 28 de Outubro	29.3.2002
2001/529/GR	«Projecto de decreto ministerial conjunto que estabelece os limites para certos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no azeite»	⁽³⁾
2002/1/A	Decreto do Governo estadual que altera o decreto relativo às lamas de depuração	4.4.2002
2002/2/A	Projecto de decreto do ministro Federal da Segurança Social e Gerações que revê o decreto relativo à fixação de teores máximos de pesticidas	4.4.2002
2002/3/A	Projecto-lei relativo à posse e criação de abelhas (lei relativa à apicultura da Caríntia)	4.4.2002
2002/4/UK	Regulamentos (Inglaterra) (alteração) sobre águas minerais naturais, águas de nascente e águas potáveis engarrafadas, de 2002	4.4.2002
2002/5/F	Decisão n.º 02-... do Organismo Regulamentador das Telecomunicações, de ... de ... de 2002, que fixa as condições técnicas e de exploração gerais da faixa de frequências entre 37 e 39,5 GHz para ligações de transmissões do serviço fixo	5.4.2002
2002/6/UK	Plataformas de transporte: Projecto de documento de operação	8.4.2002
2002/7/NL	Adenda à lei geral do direito administrativo com regras relativas ao tráfego electrónico entre cidadãos e órgãos de administração (lei sobre o tráfego administrativo electrónico)	8.4.2002
2002/8/S	Portaria que altera a Portaria (1999:58) relativa à proibição de certos produtos nocivos para a saúde	8.4.2002
2002/9/A	Decreto da ministra Federal dos Transportes, Inovação e Tecnologia relativo ao transporte de mercadorias perigosas por via navegável (regulamento ADN)	9.4.2002
2002/10/UK	Projecto de lei (Irlanda do Norte) relativa à criação de animais de pêlo (proibição)	9.4.2002
2002/11/UK	Projecto de regulamentos (Irlanda do Norte) sobre águas minerais naturais, águas de nascente e águas potáveis engarrafadas (alteração), de 2002	9.4.2002
2002/12/I	Projecto de regulamento que aplica a Directiva 1999/93/CE relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas electrónicas	10.4.2002

Referência ⁽¹⁾	Título	Fim do prazo de três meses do <i>status quo</i> ⁽²⁾
2002/13/DK	Comunicações E da Direcção-Geral de Navegação, regulamentação técnica relativa à construção e aos equipamentos, etc., das embarcações de pesca, suplemento ao capítulo III, regra 4. Comunicações F da Direcção-Geral de Navegação, regulamentação técnica relativa à construção e aos equipamentos, etc., das embarcações profissionais menores, suplemento ao capítulo III, regra 4	4.4.2002
2002/14/F	Projecto de portaria relativa ao queijo Emmental	11.4.2002
2002/15/I	Regulamento que estabelece as disposições relativas à emissão da autorização a organismos de certificação, em matéria de aparelhos a gás e respectivos dispositivos de segurança, controlo e regulação	11.4.2002
2002/16/D	Condições contratuais técnicas suplementares — Construção hidráulica (ZTV-W) relativas à protecção anticorrosão na construção hidráulica em aço (classe de empreitada 218)	11.4.2002
2002/17/D	Alterações e aditamentos à lista-modelo das disposições técnicas de construção, de Dezembro de 2001	11.4.2002
2002/18/D	Directriz em matéria de circulação de componentes pré-fabricados em betão, betão armado e betão pré-esforçado, versão de Novembro de 2001	11.4.2002
2002/19/I	Projecto de decreto legislativo que transpõe a Directiva 1999/93/CE relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas electrónicas	11.4.2002
2002/20/NL	Regulamento de execução dos incentivos fiscais ao investimento energético com base na lista energética de 2002	11.1.2002
2002/22/S	Termos e condições aplicáveis aos bilhetes de lotaria e aos geradores de números aleatórios	16.4.2002

⁽¹⁾ Ano — número de registo — Estado-Membro.

⁽²⁾ Período durante o qual o projecto não pode ser adoptado.

⁽³⁾ Não há *status quo* devido à aceitação, pela Comissão, da fundamentação da urgência invocada pelo Estado-Membro autor.

⁽⁴⁾ Não há *status quo*, porque se trata de especificações técnicas ou outras exigências ligadas a medidas fiscais ou financeiras, na acepção do ponto 11, terceiro travessão do segundo parágrafo, do artigo 1.º da Directiva 98/34/CE.

⁽⁵⁾ Encerramento do procedimento de informação.

A Comissão chama a atenção para o acórdão «CIA Security», proferido em 30 de Abril de 1996 no processo C-194/94 (Colectânea da Jurisprudência de 1996, p. I-2201), nos termos do qual o Tribunal de Justiça considera que os artigos 8.º e 9.º da Directiva 98/34/CE (então 83/189/CEE) devem ser interpretados no sentido de os particulares poderem invocá-los junto do juiz nacional, ao qual compete recusar a aplicação de uma norma técnica nacional que não tenha sido notificada nos termos da directiva.

Este acórdão confirma a comunicação da Comissão de 1 de Outubro de 1986 (JO C 245 de 1.10.1986, p. 4).

Assim, o desconhecimento da obrigação de notificação implica a inaplicabilidade das normas técnicas em causa, tornando-as inaplicáveis aos particulares.

Para eventuais informações sobre estas notificações, dirigir-se aos serviços nacionais cuja lista figura a seguir:

LISTA DOS SERVIÇOS NACIONAIS ENCARREGADOS DA GESTÃO DA DIRECTIVA 98/34/CE

BÉLGICA

Belgisch Instituut voor Normalisatie
 Brabançonnellaan, 29
 B-1040 Brussel
 Sra. Hombert
 Tel.: (32-2) 738 01 10
 Fax: (32-2) 733 42 64
 X400:O=GW;P=CEC;A=RTT;C=BE;DDA:RFC-822=CIBELNOR(A)IBN.BE
 Internet: cibelnor@ibn.be
 Sra. Descamps
 Tel.: (32-2) 206 46 89
 Fax: (32-2) 206 57 45
 Internet: normtech@pophost.eunet.be

DINAMARCA

Danish Agency for Trade and Industry
 Dahlerups Pakhus
 Lagelinie Allé 17
 DK-2100 Copenhagen Ø
 Sr. K. Dybkjaer
 Tel.: (45) 35 46 62 85
 Fax: (45) 35 46 62 03
 X400:C=DK;A=DK400;P=EFS;S=DYBKJAER;G=KELD
 Internet: kd@efs.dk

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie
 Referat V D 2
 Villenomblerstraße 76
 D-53123 Bonn
 Sr. Shirmer
 Tel.: (49 228) 615 43 98
 Fax: (49 228) 615 20 56
 X400:C=DE;A=BUND400;P=BMWI;O=BONN1;S=SHIRMER
 Internet: Shirmer@BMWLBund400.de

GRÉCIA

Ministry of Development
 General Secretariat of Industry
 Michalacopoulou 80
 GR-115 28 Athens
 Tel.: (30-1) 778 17 31
 Fax: (30-1) 779 88 90

ELOT
 Acharnon 313
 GR-11145 Athens

Sr. E. Melagrakis
 Tel.: (30-1) 212 03 00
 Fax: (30-1) 228 62 19
 Internet: 83189@elot.gr

ESPAÑA

Ministerio de Asuntos Exteriores
 Secretaría de Estado de política exterior y para la Unión Europea
 Dirección General de Coordinación del Mercado Interior y otras
 Políticas Comunitarias
 Subdirección general de asuntos industriales, energeticos, transportes,
 comunicaciones y medio ambiente
 c/Padilla 46, Planta 2ª, Despacho 6276
 E-28006 Madrid
 Sra. Nieves García Pérez
 Tel.: (34-91) 379 83 32
 Sra. María Ángeles Martínez Álvarez
 Tel.: (34-91) 379 84 64
 Fax: (34-91) 575 56 29/575 86 01/431 55 51
 X400:C=ES;A=400NET;P=MAE;O=SEPEUE;S=D83-189

FRANÇA

Délégation interministérielle aux normes
 SQUALPI
 64-70 allée de Bercy — télédéc 811
 F-75574 Paris Cedex 12
 Sra. S. Piau
 Tel.: (33-1) 53 44 97 04
 Fax: (33-1) 53 44 98 88
 Internet: suzanne.piau@industrie.gouv.fr

IRLANDA

NSAI
 Glasnevin
 Dublin 9
 Ireland
 Sr. Owen Byrne
 Tel.: (353-1) 807 38 66
 Fax: (353-1) 807 38 38
 X400:C=IE;A=EIRMAIL400;P=NRN;O=NSAI;S=BYRNEO
 Internet: byrneo@nsai.ie

ITÁLIA

Ministero dell'Industria, del commercio e dell'artigianato
 via Molise 2
 I-00100 Roma
 Sr. P. Cavanna
 Tel.: (39-06) 47 88 78 60
 X400:C=IT;A=MASTER400;P=GDS;OU1=M.I.C.A-ISPIND;
 DDA:CLASSE=IPM;DDA:ID-NODO=BF9RM001;S=PAOLO CAVANNA
 Sr. E. Castiglioni
 Tel.: (39-06) 47 05 30 69/47 05 26 69
 Fax: (39-06) 47 88 77 48
 Internet: Castiglioni@minindustria.it

LUXEMBURGO

SEE — Service de l'Énergie de l'État
34, avenue de la Porte-Neuve
BP 10
L-2010 Luxembourg
Sr. J.P. Hoffmann
Tel.: (352) 46 97 46 1
Fax: (352) 22 25 24
Internet: jean-paul.hoffmann@eg.etat.lu

PAÍSES BAIXOS

Ministerie van Financiën — Belastingdienst — Douane
Centrale Dienst voor In- en uitvoer (CDIU)
Engelse Kamp 2
Postbus 30003
9700 RD Groningen
Nederland
Sr. IJ. G. van der Heide
Tel.: (31-50) 523 91 78
Fax: (31-50) 523 92 19
Sra. H. Boekema
Tel.: (31-50) 523 92 75
E-mail X400:C=NL;A=400NET;P=CDIU;OU1=CDIU;S=NOTIF

ÁUSTRIA

Bundesministerium für wirtschaftliche Angelegenheiten
Abt. II/1
Stubenring 1
A-1011 Wien
Sra. Haslinger-Fenzl
Tel.: (43-1) 711 00 55 22/711 00 54 53
Fax: (43-1) 715 96 51
X400:S=HASLINGER;G=MARIA;O=BMW;P=BMW;A=GV;C=AT
Internet: maria.haslinger@bmw.gv.at
X400:C=AT;A=GV;P=BMW;O=BMW;OU=TBT;S=POST

PORTUGAL

Instituto português da Qualidade
Rua C à Avenida dos Três Vales
P-2825 Monte da Caparica
Sra. Cândida Pires
Tel.: (351-1) 294 81 00
Fax: (351-1) 294 81 32
X400:C=PT;A=MAILPAC;P=GTW-MS;O=IPQ;OU1=IPQM;S=DIR83189

FINLÂNDIA

Kauppa- ja teollisuusministeriö
Ministry of Trade and Industry
Aleksanterinkatu 4
PL 230 (PO Box 230)
FIN-00171 Helsinki
Sr. Petri Kuurma
Tel.: (358-9) 160 3627
Fax: (358-9) 160 4022
Internet: petri.kuurma@ktm.vn.fi
Site Web: <http://www.vn.fi/ktm/index.html>
X400:C=FI;A=MAILNET;P=VN;O=KTM;S=TEKNISET;G=MAARAYKSET

SUÉCIA

Kommerskollegium
(National Board of Trade)
Box 6803
S-11386 Stockholm
Sra. Kerstin Carlsson
Tel.: 46 86 90 48 00
Fax: 46 86 90 48 40
E-mail: kerstin.carlsson@kommers.se
X400:C=SE;A=400NET;O=KOMKOLL;S=NAT NOT POINT
Site Web: <http://www.kommers.se>

REINO UNIDO

Department of Trade and Industry
Standards and Technical Regulations Directorate 2
Bay 327
151 Buckingham Palace Road
London SW 1 W 9SS
United Kingdom
Sra. Brenda O'Grady
Tel.: (44) 171 215 14 88
Fax: (44) 171 215 15 29
X400:S=TI, G=83189, O=DTI, OU1=TIDV, P=HMG DTI, A=Gold 400,
C=GB
Internet: uk98-34@gtnet.gov.uk
Website: <http://www.dti.gov.uk/strd>

EFTA — ESA

EFTA Surveillance Authority (DRAFTTECHREGESA)
X400:O=gw;P=iihe;A=rtt;C=be;DDA:RFC-822=Solveig.Georgsdottir@surv.efta.be
C=BE;A=BT;P=EFTA;O=SURV;S=DRAFTTECHREGESA
Internet: Solveig.Georgsdottir@surv.efta.be

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2002/C 26/03)

Data de adopção da decisão: 28.12.2001

Estado-Membro: Espanha (Castela-Leão)

N.º do auxílio: N 167/01

Denominação: Auxílios aos criadores de bovinos (BSE)

Objectivo: Compensação das perdas de rendimento decorrentes da cessação temporária da actividade dos titulares das explorações de bovinos devido à BSE

Base jurídica: Proyecto de orden por la que se establecen ayudas complementarias derivadas del cese temporal de actividad como consecuencia del sacrificio obligatorio ordenado como medida de vigilancia y control de encefalopatias espongiiformes transmisibles en el ganado bovino

Orçamento: 100 milhões de pesetas espanholas (ESP) 601 012 euros)

Intensidade ou montante do auxílio: Variável

Duração: Até 2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 27.12.2001

Estado-Membro: Espanha (Galiza)

N.º do auxílio: N 390/01

Denominação: Retirada do mercado das farinhas animais

Objectivo: Retirada e transformação dos subprodutos dos matadouros e das indústrias da carne, bem como eliminação e destruição desses subprodutos

Base jurídica: Proyecto de orden regional por la que se establecen ayudas para la retirada del mercado de harinas animales

Orçamento: Para 2001, 800 milhões ESP (4,81 milhões de euros)

Intensidade ou montante do auxílio: 100 % do custo

Duração: Até 30 de Junho de 2002

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: França

N.º do auxílio: N 571/01

Denominação: Taxa parafiscal em benefício dos frutos para cidra e da produção cidrícola

Objectivo: Financiar as despesas de funcionamento e as acções do comité relativas à investigação e à experimentação no sector em causa

Intensidade ou montante do auxílio: 100 % do custo das acções de I & D

Duração: Dois anos

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 27.12.2001

Estado-Membro: Grécia

N.º do auxílio: N 603/2000

Denominação: Auxílio financeiro para os agricultores cujas culturas e explorações pecuárias foram afectadas por condições meteorológicas adversas entre Julho e Dezembro de 1999

Objectivo: Auxiliar os agricultores afectados por condições meteorológicas adversas

Base jurídica: Τροποποίηση-συνπλήρωση απόφασης υπουργών Γεωργίας και Οικονομικών, με τίτλο: Οικονομική ενίσχυση αγροτών των οποίων οι γεωργοκτηνοτροφικές εκμεταλλεύσεις ζημιώθηκαν από δυσμενείς καιρικές συνθήκες κατά το χρονικό διάστημα από τον Ιούλιο έως και τον Δεκέμβριο 1999

Orçamento: Dois mil milhões de dracmas gregos (5,8 milhões de euros)

Intensidade ou montante do auxílio: Até 100 %

Duração: Três anos

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: Itália (Lombardia)

N.º do auxílio: N 604/01

Denominação: Intervenções para o melhoramento da transformação e da comercialização dos produtos agrícolas

Objectivo: Reforçar diversas actividades no sector agrícola

Base jurídica: Legge regionale 7 febbraio 2000, n. 7 «Norme per gli interventi regionali in agricoltura», Titolo II, Azioni per l'agricoltura, Capo II, Qualità e competitività, art. 8, Trasformazione e commercializzazione

Orçamento: 50 000 000 000 de liras italianas (ITL) (cerca de 25 822 850 euros) para 2001/2002. As necessidades devem ser as mesmas para os dois anos seguintes

Intensidade ou montante do auxílio: Variável, de acordo com as medidas

Duração: Indeterminada

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: Áustria (Burgenland)

N.º do auxílio: N 640/01

Denominação: Compensação pela perda de rendimento devida à crise da BSE

Objectivo: Mitigar as consequências da crise da BSE para os criadores de gado

Base jurídica: Richtlinie der Burgenländischen Landesregierung über die Gewährung von Beihilfen zum Ausgleich von außergewöhnlichen Belastungen infolge der BSE-Krise

Orçamento: A medida dispõe de um orçamento de 502 837,8 euros [6 919 200 xelins austríacos (ATS)], que é apenas financiado a nível nacional

Intensidade ou montante do auxílio: O auxílio é pago por animal mantido na exploração (400 ATS ou 29,06 euros por cabeça pelas primeiras 25 cabeças de gado e 200 ATS ou 14,53 euros por cabeça pelas 25 cabeças seguintes). O número de animais elegíveis é determinado pelas autoridades com base na lista de animais constante do formulário geral de 2001 (Tierliste des Mehrfachantrages 2001). Apenas são elegíveis para o auxílio os animais que tinham mais de seis meses de idade em 1 de Abril de 2001. O auxílio máximo por exploração é 15 000 ATS (1 090 euros)

Duração: Auxílio único

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: Alemanha (Saxónia)

N.º do auxílio: N 645/01

Denominação: Programa especial para combater os efeitos da BSE na Saxónia

Objectivo: As várias medidas do programa destinam-se a atenuar a carga financeira associada com a crise da BSE

Base jurídica: Richtlinie des Sächsischen Staatsministeriums für Soziales, Gesundheit, Jugend und Familie über die Gewährung von Zuwendungen im Rahmen des Sonderprogramms für BSE-Auswirkungen

Orçamento: O auxílio será financiado por fundos do *Land* da Saxónia. O orçamento total para a medida é de quatro milhões de marcos alemães (DEM) (2,05 milhões de euros)

Intensidade ou montante do auxílio: Variável, até 100 %

Duração: 31 de Dezembro de 2001

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: França

N.º do auxílio: N 664/01

Denominação: Tomada a cargo do custo dos testes de BSE

Objectivo: Tomada a cargo dos custos dos testes de BSE obrigatórios no contexto da legislação comunitária

Orçamento: 5,45 milhões de euros

Intensidade ou montante do auxílio: No máximo 100 % (45 euros por teste)

Duração: Fim do regime: 30 de Junho de 2002

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: Áustria (Vorarlberg)

N.º do auxílio: N 682/01

Denominação: Indemnização por perdas resultantes da crise da BSE

Objectivo: Atenuar as consequências da crise da BSE para os criadores de animais

Base jurídica: Richtlinie der Vorarlberger Landesregierung über die Gewährung von einer Beihilfe zum Ausgleich von außergewöhnlichen Belastungen infolge der BSE-Krise

Orçamento: O orçamento para esta medida, objecto de um financiamento exclusivamente nacional, é de 740 000 euros (10 500 000 ATS)

Intensidade ou montante do auxílio: O auxílio consiste numa concessão directa por animal mantido na exploração agrícola (185 ATS ou 13,44 euros por cabeça de gado). O número de animais elegíveis é determinado pelas autoridades, com base no número de animais registados na base de dados (Rinderdatenbank) de Agrarmarkt Austria em 1 de Abril de 2001. O auxílio máximo por exploração é de 10 000 ATS (726,73 euros)

Duração: Auxílio único

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: Países Baixos

N.º do auxílio: N 683/01

Denominação: Compensação pela manutenção de porcas às quais foi aplicada uma proibição de fertilização e de inseminação

Objectivo: Mitigar problemas de bem-estar dos animais em explorações pecuárias na sequência dos focos de febre aftosa

Base jurídica: Verordening subsidie aanhouden zeugen buiten de beschermings- en toezichtsgebieden 2001

Orçamento: Estimado em 135 000 florins neerlandeses (NLG) (61 260,33 euros)

Intensidade ou montante do auxílio: 77,13 NLG (35 euros) por porca e por mês

Duração: Os pedidos podem ser apresentados até cinco dias úteis após a entrada em vigor

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 20.12.2001

Estado-Membro: Países Baixos

N.º do auxílio: N 750/01

Denominação: Prolongamento do financiamento de uma campanha publicitária a favor dos cogumelos

Objectivo: Incentivar o escoamento de cogumelos para o estrangeiro

Base jurídica: Verordening PT bijzondere heffing fruit en champignons 2001

Orçamento: 1 627 000 NLG (738 300 euros)

Intensidade ou montante do auxílio: 50 %

Duração: Dois anos

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

AUXÍLIOS ESTATAIS — REINO UNIDO

Auxílio C 52/2001 (ex NN 51/2000) — Empresas elegíveis em Gibraltar

Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE

(2002/C 26/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 11 de Julho de 2001, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou ao Reino Unido a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo de auxílios estatais
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 12 42.

Estas observações serão comunicadas ao Reino Unido. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO

A medida não foi notificada à Comissão.

A medida de auxílio estatal, que é objecto do presente procedimento, constitui uma medida aplicada em Gibraltar. A medida foi instituída pelas disposições adoptadas em 22 de Setembro de 1984 relativas ao imposto sobre o rendimento (*Qualifying Company* — empresa elegível): uma empresa que satisfaça determinadas condições (entre as quais figura a de que nenhum gibraltino ou residente em Gibraltar deve deter uma participação no capital social da empresa) pode obter um certificado de *Qualifying Company*. A concessão deste certificado permite à empresa ser tributada a uma taxa que será sempre inferior à taxa normal do imposto sobre as sociedades.

O referido regime tem como objectivo atrair empresas não gibraltinas a estabelecerem-se em Gibraltar mediante a concessão de vantagens fiscais significativas. A medida parece constituir um auxílio, na medida em que preenche os quatro critérios relevantes.

Em primeiro lugar, a medida confere aos beneficiários uma vantagem que reduz os custos por eles normalmente suportados no âmbito das suas actividades. Em conformidade com o ponto 9 da Comunicação sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas⁽¹⁾, a vantagem que se traduz na redução da carga fiscal da empresa pode assumir diversas formas, nomeadamente, uma redução da matéria colectável. A isenção da

obrigação de desembolsar o montante integral do imposto sobre as sociedades parece preencher este critério.

Em segundo lugar, a vantagem deve ser concedida pelo Estado ou através de recursos estatais. A concessão de um desagravamento fiscal pressupõe uma perda de receitas, o que, nos termos do ponto 10 da Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas, é equivalente ao consumo de recursos estatais na forma de despesas fiscais.

Em terceiro lugar, a medida deve afectar a concorrência e o comércio entre os Estados-Membros. Este critério é preenchido, na medida em que as empresas em questão podem, efectiva ou potencialmente, realizar trocas comerciais com empresas situadas noutros Estados-Membros. Tal será nomeadamente o caso dado que, com base nas informações apresentadas, se prevê que as empresas elegíveis não podem, em circunstâncias normais, realizar trocas comerciais ou exercer actividades em Gibraltar ou com os gibraltinos ou residentes em Gibraltar.

Por último, a medida deve ser específica ou selectiva na medida em que «favorece certas empresas ou certas produções». Os beneficiários da medida são empresas em que os gibraltinos ou residentes em Gibraltar não podem deter qualquer participação no respectivo capital social. Além disso, a empresa elegível não pode, em circunstâncias normais, realizar trocas comerciais ou exercer actividades em Gibraltar ou com os gibraltinos ou residentes em Gibraltar. Com base nestes elementos, justifica-se a presunção de que a medida é selectiva, dado que favorece as empresas estrangeiras em detrimento das demais.

(1) JO C 384 de 10.12.1998, p. 3.

Como referido no ponto 26 da Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas «... se as empresas não residentes forem tratadas de forma mais favorável do que as empresas residentes...», é difícil justificar esta isenção pela lógica do sistema fiscal. Não obstante o facto de as empresas elegíveis serem empresas residentes, a sua elegibilidade depende do facto de serem da propriedade de estrangeiros. Por conseguinte, a aplicação de um imposto sobre as sociedades de nível mais baixo não se afigura justificada pela lógica do sistema fiscal.

Por estes motivos, afigura-se que a medida constitui um auxílio estatal ao funcionamento. Além disso, o auxílio estatal em causa não parece ser abrangido por qualquer das derrogações previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado CE. Deste modo, no âmbito da sua apreciação preliminar nos termos do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho que estabelece as regras de execução do artigo 93.º do Tratado CE, a Comissão manifesta dúvidas quanto à compatibilidade da medida fiscal.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

TEXTO DA CARTA

«The Commission wishes to inform the United Kingdom that, having examined the information supplied by your authorities on the measure referred to above, it has decided to initiate the procedure laid down in Article 88(2) of the EC Treaty.

In 1997, the Ecofin Council adopted a code of conduct for direct business taxation with the objective of tackling harmful tax competition (OJ C 2, 6.1.1998). Following to the commitment taken by way of this code, the Commission published in 1998 a notice on the application of State aid rules to measures relating to direct business taxation (OJ C 384, 10.12.1998) stressing its determination to apply them rigorously and to respect the principle of equality of treatment. The current procedure is carried out within this framework.

I. PROCEDURE

1. Aid NN 51/2000 — Qualifying companies has not been notified to the Commission. As this measure does not seem to fall within any of the categories listed under Article 1(b) of Council Regulation (EC) No 659/1999⁽²⁾, it has to be considered at this stage as a non-notified aid.
2. On 12 February 1999 the Commission has sent a first request for information in respect of a number of tax

schemes applicable in Gibraltar. The Permanent Representation of the United Kingdom to the European Union provided an answer dated 27 July 1999. A second request for information was sent on 4 August 1999, the answer was dated 12 November 1999. A third request for information was sent on 23 May 2000, a reminder on 28 June 2000, the answer was dated 3 July 2000.

II. DETAILED DESCRIPTION OF THE MEASURE

3. According to the information transmitted, the rules on qualifying companies were introduced by the Income Tax (Qualifying Companies) Rules of 22 September 1984 and they are still applicable.
4. They allow a company or registered branch holding the status of qualifying company to be liable to taxation on its profits at a rate that is lower than the normal corporate tax rate.

II.A. Objective

5. The purpose of this regime is to attract companies in which no Gibraltarian or resident of Gibraltar has a beneficial interest to Gibraltar through considerable tax advantage.

II.B. The aid measure

Conditions

6. In order to obtain the qualifying company status, a company must fulfil the following conditions:
 - it must have a paid up share capital of GBP 1 000 or the foreign currency equivalent thereof,
 - it must deposit GBP 1 000 with the Gibraltar Government as security for future taxes,
 - it must pay a fee of GBP 250 for a qualifying certificate,
 - no Gibraltarian or Gibraltar resident may have a beneficial interest in the shares of the company,
 - the company may not, without the prior consent of the Gibraltar Financial and Development Secretary, trade or carry on business in Gibraltar, with Gibraltarians or residents of Gibraltar. It may, however, trade with other exempt or qualifying companies.

Qualifying company status

7. A company, which fulfils the above conditions, obtains a qualifying company certificate. Once issued the qualifying company certificate is valid for 25 years.

⁽²⁾ OJ L 183, 27.3.1999, p. 1.

8. On the basis of the information so far provided, a company holding this certificate will be liable to taxation on its profits at such a rate which will in any event be lower than the normal corporate tax rate, which currently stands at 35 %. The rate of tax applied will depend on the type of activity the company engages in (as to the exact rates applicable, please refer to the request for information as explained in points 26 and 27 here below).
9. Other benefits resulting from the qualifying status are the following:
- fees payable to non-residents (including directors) and dividends paid to its shareholders are subject to withholding tax at the same prescribed rate as the company,
 - there is no stamp duty on the transfer of shares of a qualifying company.
- III. ASSESSMENT OF THE MEASURE**
10. To be considered an aid under Article 87(1) of the EC Treaty, a measure must fulfil the four following criteria.
11. Firstly, the measure must afford the beneficiaries an advantage that reduces the costs they normally bear in the course of their business. According to point 9 of the Commission notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation⁽³⁾, the tax advantage may be granted through different types of reduction in the company's burden and, in particular, through a reduction in the amount of tax.
12. The relief from the obligation to pay the full amount of corporation tax seems to fulfil this criterion. Moreover, since the information provided was not complete, one should not exclude the possibility of other advantages.
13. Secondly, the advantage must be granted by the State or through State resources. The grant of a tax reduction involves a loss of tax revenue which, according to point 10 of the Commission Notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation, is equivalent to the use of State resources in the form of fiscal expenditure.
14. Thirdly, the measure must affect competition and trade between Member States. This criterion seems to be fulfilled by the measure to the extent that these companies are able, actually or potentially, to trade with companies located in other Member States. This is all the more so that, on the basis of the information provided, the qualifying company may not, in normal circumstances, trade or carry on business in Gibraltar, with Gibraltarians or residents of Gibraltar.
15. Lastly, the measure must be specific or selective in that it favours 'certain undertakings or the production of certain goods'. The beneficiaries of the measure are companies in which no Gibraltarian or Gibraltar resident may have a beneficial interest in their shares. In addition, the qualifying company may not in normal circumstances trade or carry on business in Gibraltar with Gibraltarians or residents of Gibraltar. On the basis of these elements it can be presumed that the measure is selective, in so far as it accords privileged tax treatment to those non-Gibraltar-owned companies. It should be borne in mind that the identification of the abovementioned features regarding material specificity do not exclude the existence of other features that would confer specificity to the envisaged tax regime, like for example regional specificity.
16. As stated in point 26 of the Commission notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation, 'if non-resident companies are treated more favourably than resident ones' it is difficult to justify such an exception by the logic of the tax system. Despite the fact that qualifying companies are resident companies, it cannot be challenged that the qualifying status is granted to them only on the basis that they are foreign-owned. Qualifying companies are treated more favourably than other resident companies. Therefore, the application of a lower corporate tax rate cannot be justified by the logic of the tax system.
17. Finally, it should be recalled that the Act of Accession to the European Communities of, *inter alia*, the United Kingdom does not provide any exclusion as to the applicability of the relevant provisions on State aid (e.g. Articles 92 (now 87) and 93 (now 88) of the Treaty to Gibraltar.
- IV. COMPATIBILITY OF THE AID**
18. The measure appears to constitute aid in the meaning of Article 87(1) EC. It is therefore necessary to determine if such an aid is compatible with the common market under the exceptions laid down in Article 87(2) and (3) EC.
19. It appears that the exceptions under Article 87(2) EC cannot be applied in this case, as the aid is not aimed at the objectives listed in these provisions.
20. Under Article 87(3)(a), an aid is considered compatible with the common market when it is designed to promote the economic development of areas where the standard of living is abnormally low or where there is serious underemployment. Since Gibraltar is not such an area, this provision does not apply.
21. As regards the exceptions laid in Article 87(3)(b) and (d), the aid in question is not intended to promote the execution of an important project of common European interest or to remedy to a serious disturbance in the economy of the United Kingdom, nor is it intended to promote culture or heritage conservation.

⁽³⁾ OJ C 384, 10.12.1998, p. 3.

22. Lastly, it is necessary to examine if the aid can qualify for the exception laid down in Article 87(3)(c) which states that may be considered compatible an aid to facilitate the development of certain economic activities or of certain economic areas where such aid does not adversely affect trading conditions to an extent contrary to the common interest.
 23. The rules according a qualifying company status are not related to an investment or to a job creation and constitute a permanent relief from charges that should be normally met by these companies in the course of their business.
 24. The aid can, at this stage, be considered as an operating aid, the benefits of which will cease as soon as the aid is withdrawn. According to the constant practice of the Commission, such aid cannot be considered to facilitate the development of certain economic activities or of certain economic areas.
 25. Since the aid does not appear to qualify for any of the exceptions provided for in the Treaty, in the context of its preliminary assessment as provided by Article 6 of the Regulation (EC) No 659/1999, the Commission has doubts about the compatibility of the aid with the common market.
 26. In the light of the foregoing considerations, the Commission, acting under the procedure laid down in Article 88(2) of the EC Treaty, requests the United Kingdom to submit its comments and to provide all such information as may help to assess the aid, within one month of the date of receipt of this letter. The Commission would in particular like to gather the observations of the United Kingdom and interested parties on possible legitimate expectations of the sort that would pose an obstacle to the recovery of aid, in the event that this aid would be qualified as being illegal and incompatible.
 27. In addition, it is reminded that the Commission has sent requests for information to the United Kingdom three times in the examination of this case (see point 2 above). As it appears from the relevant dates (indicated in the above point 2), the answers to the Commission's formal requests have been provided with considerable delay. Furthermore, the answers appear to be incomplete.
 28. Given this context, the Commission requires, with reference to Regulation (EC) No 659/1999, Article 10(3), the United Kingdom to provide, within one month of the date of receipt of this letter:
 - (a) the full text of the 1984 edition of the Income Tax (Qualifying Companies) Rules;
 - (b) a complete and exhaustive list of all relevant texts of law which are or have been related to the 'qualifying companies' measure, i.e. indicate whether other texts than the Income Tax (Qualifying Companies) Rules of 22 September 1984 has been or is relevant;
 - (c) with reference to point 8 of this letter, please indicate which is the relevant text and provision to identify the different rates of tax applicable to qualifying companies. Please also provide a copy of this text and provision(s).
 29. The Commission requests your authorities to forward a copy of this letter to the potential recipient of the aid immediately.
 30. The Commission wishes to remind the United Kingdom that Article 88(3) of the EC Treaty has suspensive effect, and would draw your attention to Article 14 of Regulation (EC) No 659/1999, which provides that all unlawful aid may be recovered from the recipient.»
-

AUXÍLIOS ESTATAIS — REINO UNIDO**Auxílio C 53/2001 (ex NN 52/2000) — Empresas isentas em Gibraltar****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2002/C 26/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 11 de Julho de 2001, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou ao Reino Unido a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Registo de auxílios estatais
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 12 42.

Estas observações serão comunicadas ao Reino Unido. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO**Procedimento**

A medida não foi notificada à Comissão.

A medida de auxílio estatal, que é objecto do presente procedimento, constitui uma medida aplicada em Gibraltar (Reino Unido). A medida foi instituída pelo Decreto de 1967 relativo às sociedades (*Companies — Taxation and Concessions*). As regras previstas neste âmbito registaram diversas modificações e alterações em 1969, 1970, 1974, 1977, 1978, 1983, 1984, 1985, 1987, 1988, 1990 e 1993. Com base nas informações prestadas, a medida registou pelo menos duas alterações significativas desde a adesão do Reino Unido à União Europeia, pelo que deve ser considerado como um auxílio não notificado.

Descrição

Nos termos do regime, uma empresa que satisfaça determinadas condições (entre as quais figura a de que nenhum gibraltino ou residente em Gibraltar deve deter uma participação no capital social da empresa) pode obter um certificado de *Exempt Company* (empresa isenta). A concessão deste certificado permitirá à empresa em questão desembolsar um montante fixo de 200 a 300 libras esterlinas e ser isenta do imposto sobre as sociedades.

O regime tem por objectivo atrair as empresas não gibraltinas a estabelecerem-se em Gibraltar mediante a concessão de vantagens fiscais significativas.

Apreciação

A medida parece constituir um auxílio, na medida em que preenche os quatro critérios relevantes.

Em primeiro lugar, a medida confere aos beneficiários uma vantagem que reduz os custos por eles normalmente suportados no âmbito das suas actividades. Em conformidade com o ponto 9 da Comunicação sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas⁽¹⁾, a vantagem que se traduz na redução da carga fiscal da empresa pode assumir diversas formas, nomeadamente, uma redução da matéria colectável. A isenção da obrigação de desembolsar o montante integral do imposto sobre as sociedades parece preencher este critério.

Em segundo lugar, a vantagem deve ser concedida pelo Estado ou através de recursos estatais. A concessão de uma isenção fiscal pressupõe uma perda de receitas o que, nos termos do ponto 10 da Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas, é equivalente ao consumo de recursos estatais na forma de despesas fiscais.

⁽¹⁾ JO C 384 de 10.12.1998, p. 3.

Em terceiro lugar, a medida deve afectar a concorrência e o comércio entre os Estados-Membros. Este critério é preenchido, na medida em que as empresas em questão podem, efectiva ou potencialmente, realizar trocas comerciais com empresas situadas noutros Estados-Membros. Tal será nomeadamente o caso dado que, com base nas informações apresentadas, se prevê que as empresas isentas não podem, em circunstâncias normais, realizar trocas comerciais ou exercer actividades em Gibraltar ou com os gibraltinos ou residentes em Gibraltar.

Por último, a medida deve ser específica ou selectiva na medida em que «favorece certas empresas ou certas produções». Os beneficiários da medida são empresas em que os gibraltinos ou residentes em Gibraltar não podem deter qualquer participação no respectivo capital social. Além disso, a empresa isenta não pode, em circunstâncias normais, realizar trocas comerciais ou exercer actividades em Gibraltar ou com os gibraltinos ou residentes em Gibraltar. Com base nestes elementos, justifica-se a presunção de que a medida é selectiva, dado que favorece as empresas estrangeiras em detrimento das demais.

Como referido no ponto 26 da Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas «... se as empresas não residentes forem tratadas de forma mais favorável do que as empresas residentes ...», é difícil justificar esta isenção pela lógica do sistema fiscal. Não obstante o facto de as empresas isentas serem empresas residentes, o seu estatuto de empresas isentas depende do facto de serem de propriedade estrangeira. As empresas isentas beneficiam de um tratamento mais favorável do que outras empresas residentes. Por conseguinte, a aplicação de um imposto sobre as sociedades de nível mais baixo não pode ser justificada pela lógica do sistema fiscal.

Por estes motivos, afigura-se que a medida constitui um auxílio estatal ao funcionamento. Além disso, o auxílio estatal em causa não parece ser abrangido por qualquer das derrogações previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado CE. Deste modo, no âmbito da sua apreciação preliminar nos termos do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho que estabelece as regras de execução do artigo 93.º do Tratado CE, a Comissão manifesta dúvidas quanto à compatibilidade da medida fiscal.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

TEXTO DA CARTA

«The Commission wishes to inform the United Kingdom that, having examined the information supplied by your authorities on the measure referred to above, it has decided to initiate the procedure laid down in Article 88(2) of the EC Treaty.

In 1997, the Ecofin Council adopted a code of conduct for direct business taxation with the objective of tackling harmful tax competition (OJ C 2, 6.1.1998). Following to the commitment taken by way of this code, the Commission published in 1998 a notice on the application of State aid rules to measures relating to direct business taxation (OJ C

384, 10.12.1998) stressing its determination to apply them rigorously and to respect the principle of equality of treatment. The current procedure is carried out within this framework.

I. PROCEDURE

1. Aid NN 52/2000 — 'Gibraltar exempt companies' has not been notified to the Commission.
2. On 12.2.1999 the Commission has sent a first formal request for information (D/50716) in respect of a number of tax schemes applicable in Gibraltar. The Permanent Representation of the United Kingdom to the European Union provided an answer dated 27.7.1999 (registered under No A35879). A second request for information was sent on 23.5.2000 (D/53070), followed by a reminder on 28.6.2000 (D/53572). The answer was provided by letter dated 3.7.2000 (A/35549).
3. On 14.7.2000 the Commission addressed to the United Kingdom Authorities a further letter (D/53831), indicating that the relevant measure appeared to be not in conformity with Community law and asking for further information, with a view to determine the status (existing or unlawful) of the aid. In particular, all the relevant legislation on exempt companies rules was required. The United Kingdom authorities were also given the opportunity to submit comments in case the aid could be qualified as an existing aid.
4. By letter dated 3 August 2000 (A/36639), the United Kingdom Authorities requested an extension of the deadline to reply until the week beginning 11 September 2000. By letter dated 10.8.2000 (D/54255), the Commission granted the United Kingdom authorities an extension of the original time limit, until 8.9.2000.
5. On 12.9.2000, the United Kingdom authorities submitted their comments to the Commission (A/37430). These comments are outlined in section III below.
6. On 19.10.2000 a meeting was held with British authorities and following that meeting, further information from the Gibraltar Government was transmitted to the Commission by letter from the British Permanent Representation dated 8.1.2001 (A/30254). This information is also outlined in section III below.

II. DETAILED DESCRIPTION OF THE MEASURE

Relevant legislation and substantial modifications occurred

7. According to the information transmitted, the rules on exempt companies ('exempt company rules') were introduced by the Companies (Taxation and Concessions) Ordinance in 1967. These rules have undergone several modifications and amendments in 1969, 1970, 1974, 1977, 1978, 1983, 1984, 1985, 1987, 1988, 1990 and 1993.

8. According to the exempt company rules, subject to certain conditions, a company may apply for a Tax exemption certificate ('exemption certificate'). Possession of such exemption certificate will, in return for the payment of a fixed annual tax, exempt the company or branch from further taxation in Gibraltar. Possession of the exemption certificate will give the company the exempt company status (the company holding such status being referred hereinafter as 'exempt company'). Among the conditions to be fulfilled in order to obtain the exemption certificate, no Gibraltarian or Gibraltar resident may have a beneficial interest in the shares of the company.
9. On the basis of the information transmitted by the United Kingdom authorities, it results that the legislation on exempt companies which was introduced after the accession of the United Kingdom to the European Union appears to contain at least two changes which can be considered as a notifiable events under State aid rules. This preliminary conclusion is drawn essentially for the reasons explained here below.
10. According to the 1967 exempt company rules, a company is eligible to be an exempt company if at least the following requirements are fulfilled, in particular:
- it is registered in Gibraltar other than under Part IX of the companies ordinance);
 - the paid-up share capital of the company is not less than GBP 100;
 - the company does not carry on or transact any trade or business in Gibraltar (unless the income of that business arises either outside Gibraltar or from dealings with other exempt companies and originate from persons other than Gibraltarians or residents of Gibraltar);
 - the company does not keep any register of shares outside Gibraltar;
 - no Gibraltarian or resident of Gibraltar is interested in any of its shares (other than a shareholder in a public company).
11. According to the 1967 exempt company rules, exempt companies are liable to taxation only at a fixed sum, which is:
- GBP 200 per annum in the case of an exempt company which is not ordinarily resident in Gibraltar,
 - GBP 225 per annum in the case of an exempt company which is ordinarily resident in Gibraltar.
12. The 1978 companies ordinance contains a substantial modification to the previous exempt companies rules (as amended by subsequent legislation) by introducing an exemption of stamp duty on the issue of life insurance policies by exempt companies, on annuities payable by exempt companies and on any dealings by way of mortgage, sale, etc. relating to such policies or annuities. This advantage granted to exempt companies was not available in the 1967 exempt companies rules.
13. The 1983 exempt company rules (as amended by subsequent legislation) contain another substantial modification to the previous exempt company rules (and in particular the 1967 text) as concerns one of the conditions to be fulfilled in order for eligibility as exempt company, and the consequent amount of tax to be paid. In particular, as it is shown here below, the 1983 exempt company rules contain an extension of the system on exempt companies to companies which were not, according to the previous legislation, eligible for becoming exempt companies.
14. According to the 1983 exempt company rules (as modified by subsequent legislation), a further category of companies is eligible to become exempt companies, that is also registered branches of overseas companies. This type of companies were explicitly excluded by the scope of application of the 1967 exempt company rules, which, as indicated above in point 8(a) above, did not allow companies registered under part IX of the companies ordinance (which are registered branches of overseas companies) to benefit from the system on exempt companies. For this type of companies, the 1983 exempt companies rules fix the rate of taxation applicable at GBP 300 per annum.
15. As to the other conditions to be fulfilled for eligibility as an exempt company no substantial change appears to have occurred in the 1983 exempt company rules in relation to previous legislation, in particular those indicated in point 10 above.
16. Taking account of these two substantial modifications, relating both to the amount of the advantage granted and to the number of potential beneficiaries it can be said that the exempt companies regime can not be regarded as an existing but an illegal aid.
- Other characteristics**
17. An exemption certificate remains in force for a period of 25 years after the date stated in it.
18. The main tax benefits for an exempt company are the following:
- no tax shall be charged on or payable on the profits of the company or upon any dividend or interest or director's fee or annual payment;
 - subject to certain exceptions, no stamp duty shall be payable by an exempt company;
 - on the basis of the above, exempt company are liable to an amount of annual tax included between GBP 200 and GBP 300 per annum (see above).

III. COMMENTS SUBMITTED BY THE UNITED KINGDOM AUTHORITIES

19. In their letter of 12.9.2000, the United Kingdom authorities have submitted their observations on the preliminary position of the services of the Commission, as expressed in the letter of 14.7.2000. These observations take the form of a letter, dated 5 September, from the Government of Gibraltar.
20. In the first place it is argued that Article 87(1) would not be applicable to tax schemes, such as the exempt company rules, which are designed to operate in an international context. In particular, given that exempt companies status is granted to the extent that such companies do not undertake business with Gibraltar, there would be no advantage, consisting of an exemption from the normally applicable tax rates, as Gibraltar would not be competent to grant an advantage relating to another jurisdiction.
21. It is further claimed that a tax advantage cannot constitute an aid and that the exempt companies rules is not selective in nature.
22. In addition, it is argued that, in assessing the exempt company rules, the Commission should take into account Gibraltar's precise status within the Community, in particular the fact that Gibraltar does not form part of the Community's common customs territory.
23. As a last point, the letter indicates that a large number of companies holding the exempt status would benefit of the currently applicable *de-minimis* rules.
24. In the letter dated 8 January 2001 referred above, the British authorities transmitted to the Commission answers provided by the Government of Gibraltar on several questions raised by the Commission during the meeting held on 19 October 2000. In their letter, the British authorities informed the Commission that they had no comments to make at this stage. The information contained in the forwarded document, can be summarised as follows:
- (a) the modification to the exempt companies status in 1983 should not be regarded as a notifiable event because it amounted to an administrative improvement. Therefore, the regime should be considered as an existing aid regime and not an illegal aid. It is added that the case *Namur-les Assurances du Crédit v OND*, where the ECJ examined an analogous situation proves that the amendment of 1983 should not be regarded as a substantive change to the regime;
- (b) the payment of a flat rate of tax is commensurate and proportional to the extremely negligible economic activity which exempt companies are allowed to conduct within Gibraltar. The activities carried out by exempt companies outside Gibraltar cannot be taxed in Gibraltar;
- (c) as result of its status, Gibraltar is precluded from concluding double taxation treaties. No treaty

concluded by the United Kingdom Government has been extended to apply to Gibraltar;

- (d) the vast majority of the 8 000 exempt companies have been set up by and for individuals and do not carry any economic activity within Gibraltar. The other exempt companies set up by undertakings only carry from their office in Gibraltar an economic activity ancillary to the principal trade which never amounts to substantial activities. Exempt companies can subject to normal regulatory requirement, do the activity of banking only with non-residents.
- (e) a few management services providers to exempt companies have set up themselves as exempt companies which allows them to undertake an economic activity in Gibraltar and to enjoy a flat rate of taxation. However, it is stated that the Government of Gibraltar is seeking to repeal this possibility.

IV. ASSESSMENT OF THE MEASURE

25. To be considered an aid under Article 87(1) of the EC Treaty, a measure must fulfil the four following criteria.
26. Firstly, the measure must afford the beneficiaries an advantage that reduces the costs they normally bear in the course of their business. According to point 9 of the Commission notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation⁽²⁾, the tax advantage may be granted through different types of reduction in the company's burden and, in particular, through a reduction in the amount of tax.
27. The relief from the obligation to pay the full amount of corporation tax seems to fulfil this criterion. As regards the exemption of stamp duties on life insurance policies, annuities and any dealings related to such policies or annuities, seems to constitutes an indirect advantage to the exempt companies because this exemption is not available to other companies and therefore individuals are encouraged to subscribe policies written by, or receive annuities from exempt companies.
28. Secondly, the advantage must be granted by the State or through State resources. The grant of a tax reduction involves a loss of tax revenue which, according to point 10 of the Commission notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation, is equivalent to the use of State resources in the form of fiscal expenditure. As regards stamp duty, and as confirmed by the case law of the European Court of Justice⁽³⁾ in an analogous case, the origin of the advantage indirectly conferred on exempt companies is the renunciation by the Member State of tax revenue which it would normally have received, inasmuch as it is this renunciation which has enabled individuals to subscribe policies issued by or to receive annuities from exempt companies on conditions which are in tax terms more advantageous.

⁽²⁾ OJ C 384, 10.12.1998, p. 3.

⁽³⁾ Case C-156/98, ECR 2000, p. I-6857.

29. Thirdly, the measure must affect competition and trade between Member States. This criterion seems to be fulfilled by the measure to the extent that these companies are able, actually or potentially, to trade with companies located in other Member States. This is all the more so that, on the basis of the information provided, the exempt company may not, in normal circumstances, trade or carry on business in Gibraltar, with Gibraltarians or residents of Gibraltar. Moreover, as undertakings registered as exempt companies can, under certain conditions, issue insurance policies or be active in the field of banking, it cannot be excluded that Community trade might be affected in these domains.
30. Lastly, the measure must be specific or selective in that it favours 'certain undertakings or the production of certain goods'. The beneficiaries of the measure are companies in which no Gibraltarian or Gibraltar resident may have a beneficial interest in their shares. In addition, the exempt company may not in normal circumstances trade or carry on business in Gibraltar with Gibraltarians or residents of Gibraltar. On the basis of these elements it can be presumed that the measure is selective, in so far as it accords privileged tax treatment to those non-Gibraltar-owned companies. It should be borne in mind that the identification of the abovementioned features regarding material specificity do not exclude the existence of other features that would confer specificity to the envisaged tax regime, like for example regional specificity.
31. As stated in point 26 of the Commission notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation, 'if non-resident companies are treated more favourably than resident ones' it is difficult to justify such an exception by the logic of the tax system. Despite the fact that exempt companies can be resident companies, it cannot be challenged that the exempt status is granted to them only on the basis that they are foreign-owned. Qualifying companies are treated more favourably than other resident companies. Therefore, the application of a lower corporate tax rate does not seem at this stage to be justified by the logic of the tax system.
32. As to first argument put forward by the United Kingdom authorities (which is indicated in point 20 above) in their comments of 12.9.2000, it is noted that, irrespective of the type of activities in which exempt companies may be active in, their exempt status is granted to the extent that these companies are registered in Gibraltar or are registered branches of an overseas companies. Consequently, these companies benefit of a special and more beneficial tax treatment in Gibraltar, when their position is compared to that of other companies registered in Gibraltar.
33. As to the argument relating to the special status of Gibraltar, it is however recalled in the first place that the Act of Accession to the European Communities of, *inter alia*, the United Kingdom does not provide any exclusion as to the applicability of the relevant provisions on State aid (e.g. Articles 92 (now 87) and 93 (now 88) of the Treaty to Gibraltar. Second, it is recalled that current Articles 28 to 30 of the EC Treaty only refer to goods, while exempt companies may be active in financial activities for example. Third, it is noted that, to the extent that there is a possibility of diversion of trade within the EU because of the existence of exempt companies in Gibraltar, there is an effect on intra-Community trade which is created by this Gibraltarian system, which is under consideration.
34. As a last point, it is noted that the argument relating to the *de-minimis* rule cannot be accepted, given that there is no guarantee that aid in excess of that allowed under the *de-minimis* rule will not have been granted in certain cases, nor that aid may have been granted in sectors where the *de-minimis* rule does not apply.
35. As regards the information forwarded by the British authorities on 12.1.2001, none of the arguments transmitted allowed the Commission to dissipate at this stage its doubts as regards the nature of the aid.
36. As regards, the status as existing aid, it should be noted that the reference to the ECJ case *Namur-les assurances du Crédit v OND* is non relevant because it targets the scope of activities of a company enjoying State aid and not the number and the nature of beneficiaries of the aid. Moreover, even if the 1983 amendment consisted in a small administrative modification, it cannot be contested that it lead to an extension of the number of potential beneficiaries which should have been notified to the Commission pursuant Article 93(3) of the EC Treaty (now Article 88(3)).
37. As regards, the fact that activities carried out outside Gibraltar cannot be taxed in Gibraltar, it should be noted if it is true for certain kind of activities which require a physical presence outside Gibraltar and that have already been taxed outside Gibraltar, it should be noted that financial services can be provided by exempt companies from Gibraltar to non-residents, no physical presence being necessary outside Gibraltar. The revenue of these activities will probably arise directly in Gibraltar without having being taxed outside Gibraltar. Furthermore, no indication was given as regards revenue arising from economic activities outside Gibraltar of Gibraltarian undertakings not registered as exempt companies.
38. As far as the fact that Gibraltar is precluded from concluding double taxation agreements and is not covered by any double taxation agreement concluded by the United Kingdom, it should be noted that, as stated in point 26 of the Commission notice on the application of the State aid rules to measures relating to direct business taxation: 'the whole purpose of the tax system is to collect revenue to finance State expenditure'. The non-collection of taxes can therefore be justified in order to avoid double taxation. However, it appears from the information available at this stage that no information on whether taxation occurred abroad, or not, is required from exempt companies.
39. Regarding, the fact that most of the 8 000 exempt companies have been set up by individuals shall not exclude the possibility for these companies to carry on economic activity, an affectation of trade can therefore not be excluded.

40. Finally, as regards the possibility to carry on economic activity with an exempt company status within Gibraltar, it is recognised that such possibility exists for the moment, even if it is claimed to be limited.

V. COMPATIBILITY OF THE AID

41. On the basis of the information currently available, the Commission has therefore formed the view that the measure as currently applied appears to constitute an operating aid in the meaning of Article 87(1) of the EC Treaty. This measure allows a company or registered branch holding the status of exempt company to be liable to taxation at a lower level than that applied to other companies.

42. It is therefore necessary to determine if such an aid is compatible with the common market under the exceptions laid down in Article 87(2) and (3) of the EC Treaty.

43. It appears that the exceptions under Article 87(2) of the EC Treaty cannot be applied in this case, as the aid is not aimed at the objectives listed in these provisions.

44. Under Article 87(3)(a), an aid is considered compatible with the common market when it is designed to promote the economic development of areas where the standard of living is abnormally low or where there is serious underemployment. Since Gibraltar is not such an area, this provision does not apply.

45. As regards the exceptions laid in Article 87(3)(b) and (d), the aid in question is not intended to promote the execution of an important project of common European interest or to remedy to a serious disturbance in the economy of the United Kingdom, nor is it intended to promote culture or heritage conservation.

46. Lastly, it is necessary to examine if the aid can qualify for the exception laid down in Article 87(3)(c) which states that may be considered compatible an aid to facilitate the development of certain economic activities or of certain economic areas where such aid does not adversely affect

trading conditions to an extent contrary to the common interest.

47. The rules according an exempt company status are not related to an investment or to a job creation and constitute a permanent relief from charges that should be normally met by these companies in the course of their business.

48. The aid can, at this stage, be considered as an operating aid, the benefits of which will cease as soon as the aid is withdrawn. According to the constant practice of the Commission, such aid cannot be considered to facilitate the development of certain economic activities or of certain economic areas.

49. Since the aid does not appear to qualify for any of the exceptions provided for in the Treaty, the Commission has doubts about the compatibility of the aid with the common market.

50. In the light of the foregoing considerations, the Commission, acting under the procedure laid down in Article 88(2) of the EC Treaty, requests the United Kingdom to submit its comments and to provide all such information as may help to assess the aid, within one month of the date of receipt of this letter. The Commission would in particular like to gather the observations of the United Kingdom and interested parties on possible legitimate expectations of the sort that would pose an obstacle to the recovery of aid, in the event that this aid would be qualified as being illegal and incompatible.

51. The Commission requests your authorities to forward a copy of this letter to the potential recipient of the aid immediately.

52. The Commission wishes to remind the United Kingdom that Article 88(3) of the EC Treaty has suspensive effect, and would draw your attention to Article 14 of Council Regulation (EC) No 659/1999, which provides that all unlawful aid may be recovered from the recipient.»

AUXÍLIOS ESTATAIS — ALEMANHA**Auxílio C 62/2000 (ex NN 142/99) — Auxílio a favor da Kahla Porzellan GmbH e da Kahla/Thüringen Porzellan GmbH****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2002/C 26/06)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 28 de Novembro de 2001, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à República Federal da Alemanha a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente aos auxílios acima mencionados.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente aos auxílios em relação aos quais a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção H
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 299 27 58.

Estas observações serão comunicadas à República Federal da Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO**Procedimento**

Em 15 de Novembro de 2000, a Comissão deu início ao procedimento formal de investigação relativamente ao auxílio estatal *ad hoc* a favor da Kahla Porzellan GmbH e da Kahla Thüringen Porzellan GmbH e instou a Alemanha a fornecer informações suficientes para que pudesse apreciar se os auxílios de cerca de 98 155 milhões de marcos alemães eram abrangidos pelos regimes de auxílios aprovados. Em 26 de Março de 2001, a Alemanha respondeu a esta injunção, tendo informado a Comissão de outras medidas de auxílio, cuja existência não tinha sido notificada anteriormente. Foram enviadas questões em 28 de Maio de 2001, tendo as respostas sido recebidas em 30 de Junho de 2001 e 9 de Agosto de 2001.

Descrição

A Kahla/Thüringen Porzellan GmbH (Kahla II) é a sucessora da Kahla Porzellan GmbH (Kahla I). As duas entidades jurídicas desenvolvem as suas actividades no fabrico de pratos e outras peças de porcelana. Encontram-se situadas numa região elegível para auxílios ao abrigo do n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do Tratado CE. A Kahla I e a Kahla II nunca foram consideradas PME.

A Kahla I foi privatizada em 1991 através da sua venda por 2 marcos a dois investidores privados. Esta empresa registou prejuízos logo a partir do momento da sua criação e apresen-

tou-se à falência em Setembro de 1993. As medidas financeiras provenientes de recursos públicos a favor da Kahla I até à sua falência em 1993 elevaram-se a um total de cerca de 115 milhões de marcos. Parte destas medidas foram registadas durante a situação de falência.

Em Novembro de 1993, o Sr. Raithel, um investidor privado, criou uma nova empresa, a Kahla II. Em Janeiro de 1994, o Sr. Raithel adquiriu os activos da Kahla I em falência por 6,7 milhões de marcos alemães. Em Março de 1994, a Thüringer Industriebeteiligungs GmbH & Co. KG (TIB) adquiriu 49 % das acções da Kahla II por 1,975 milhões de marcos alemães. Esta participação foi aumentada nesse mesmo mês por um empréstimo participativo de 6 milhões de marcos alemães. Em Dezembro de 1999, a TIB transferiu as suas acções para o Sr. Raithel e para o filho por [...] (*) de marcos alemães. As medidas financeiras concedidas à alegadamente nova Kahla II a partir do momento da sua criação elevam-se no total a cerca de 39 milhões de marcos.

Apreciação

As medidas financeiras a favor da Kahla I constituem auxílios na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE. A Alemanha alega que as medidas a favor da Kahla II não constituem auxílios, uma vez que a Kahla II é considerada uma empresa nova que, desde a sua criação, não regista quaisquer dificuldades.

(*) Informação confidencial: entre 30-40 % acima do preço inicial pago pela TIB.

Após uma apreciação preliminar das informações disponíveis, a Comissão considera que a Kahla II deve ser considerada uma *Auffanglösung*. Com base nas informações apresentadas, a Comissão considera também que a Kahla II registou dificuldades financeiras até ao final de 1996. Por conseguinte, subsistem sérias dúvidas quanto a saber se um investidor privado teria concedido à empresa medidas financeiras semelhantes. A assistência concedida pelas autoridades públicas à Kahla II pelo menos até 1996, momento em que registou pela primeira vez resultados de exploração equilibrados, deve por conseguinte ser apreciada como um auxílio na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.

Várias medidas concedidas a partir de 1997 são igualmente consideradas auxílios, uma vez que se trata essencialmente de subvenções não reembolsáveis, que a Comissão considera que um investidor numa economia de mercado não teria concedido.

Auxílios alegadamente cobertos por regimes de auxílios aprovados

Após uma análise das informações fornecidas em resposta ao pedido de informações formulado pela Comissão, todas as medidas a favor da Kahla I, à excepção de cerca de 5,6 milhões de marcos alemães, parecem satisfazer as condições dos regimes de auxílios aprovados.

Quanto à Kahla II, a Comissão não pode concluir que várias medidas constantes do pedido de informações respeitam as condições dos regimes ao abrigo dos quais foram alegadamente concedidas. Para além disso, a Comissão foi informada de inúmeras medidas novas também alegadamente concedidas ao abrigo de regimes de auxílios aprovados. Com base nas informações apresentadas, a Comissão não pode concluir que essas medidas estão em conformidade com os referidos regimes, pelo que devem ser apreciadas enquanto novos auxílios.

Auxílios novos

Os auxílios novos dizem apenas respeito às medidas a favor da Kahla II e elevam-se a cerca de 29 milhões de marcos. Trata-se das medidas não abrangidas pelo âmbito dos regimes ao abrigo dos quais foram concedidas e várias medidas concedidas a partir de 1997.

Os auxílios concedidos até 1996 devem ser apreciados ao abrigo do n.º 3, alínea c), do artigo 87.º, do Tratado CE e das Orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade. Relativamente a este aspecto, a Comissão continua a ter as mesmas dúvidas que tinha no início do procedimento formal de investigação. Os auxílios concedidos a partir de 1997 deviam ter sido apreciados no âmbito de diferentes disposições do Tratado. Na ausência de informações sobre os projectos para que foram concedidos, a Comissão não pode determinar nesta fase a sua compatibilidade com o mercado comum.

A fim de clarificar estas questões, a Comissão decidiu alargar o seu procedimento de investigação ao n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE no que se refere aos novos auxílios.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, todos os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

TEXTO DA CARTA

«Die Kommission teilt der Bundesrepublik Deutschland mit, dass sie nach Prüfung der von den deutschen Behörden zu obigen Beihilfen übermittelten Angaben beschlossen hat, das Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag auf die Beihilfen auszuweiten, die nicht mit genehmigten Beihilferegelungen, in deren Rahmen sie angeblich gewährt wurden, übereinstimmen, sowie auf die Beihilfen, von denen die Kommission vorher nicht unterrichtet wurde.

I. VERFAHREN

- (1) Am 16. November 1998 und 24. März 1999 gingen bei der Kommission Beschwerden von Wettbewerbern über die mutmaßlich missbräuchliche Anwendung staatlicher Beihilfen ein, die das Land Thüringen zugunsten der Kahla Porzellan GmbH und der Kahla/Thüringen Porzellan GmbH, Thüringen, Deutschland, gewährt haben soll.
- (2) Nach einem umfangreichen Schriftwechsel und Zusammenkünften mit den deutschen Behörden hat die Kommission am 15. November 2000 wegen der dem Unternehmen gewährten Ad-hoc-Beihilfen das förmliche Prüfverfahren eingeleitet. Gleichzeitig wurde Deutschland aufgefordert, ausreichende Angaben zu übermitteln, damit festgestellt werden kann, ob einige Beihilfemaßnahmen mit den genehmigten Beihilferegelungen, nach denen sie angeblich gewährt wurden, in Einklang stehen ⁽¹⁾.
- (3) Am 26. März 2001 antwortete Deutschland auf die Anordnung zur Auskunftserteilung, unterbreitete Angaben zu den Beihilfen und unterrichtete die Kommission von weiteren Beihilfen zugunsten des Unternehmens, die zuvor nicht angemeldet worden waren. Die Kommission verlangte am 28. Mai 2001 zusätzliche Auskünfte, die sie am 31. Juni 2001 erhielt. Weitere ergänzende Auskünfte wurden am 9. August 2001 erteilt.

II. BESCHREIBUNG

A. Das Unternehmen

- (4) Bei der Kahla/Thüringen Porzellan GmbH (Kahla II) handelt es sich um das Nachfolgeunternehmen der Kahla Porzellan GmbH (Kahla I). Sowohl Kahla I als auch Kahla II sind Porzellangeschirrhersteller. Ihr Standort befindet sich in einem Fördergebiet nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag ⁽²⁾.

⁽¹⁾ ABl. C 272 vom 23.9.2000.

⁽²⁾ ABl. L 114 vom 5.5.1994.

a) Kahla Porzellan GmbH (Kahla I)

(5) Entsprechend der einschlägigen Verordnung ⁽³⁾ wurde das Unternehmen am 1. März 1990 durch Umwandlung der VEB Vereinigte Porzellanwerke Kahla in zwei Gesellschaften mit beschränkter Haftung umgewandelt. Bei einer dieser Gesellschaften handelte es sich um Kahla I. Am 23. April 1991 privatisierte die Treuhandanstalt (THA) Kahla I durch Verkauf an Herrn Hoffmann (75,1 % des Stammkapitals) und an Herrn Ueing (24,9 % des Stammkapitals) gegen Entrichtung eines Kaufpreises von 2 DEM. Der Privatisierungszuschlag ging an die einzigen Bieter, nachdem die THA die beabsichtigte Veräußerung im Verzeichnis der von ihr zum Verkauf angebotenen Betriebe (Hoppenstedt) veröffentlicht und Anfragen an den Verband der keramischen Industrie und die Handelskammern gerichtet hatte. Nach Aussagen Deutschlands wäre die Abwicklung des Unternehmens für die THA kostspieliger geworden. Der Privatisierungsvertrag wurde nach deutschen Angaben erst am 11. Dezember 1992 wirksam.

(6) Die folgenden Geschäftsdaten wurden von Deutschland übermittelt (Umsatz und Betriebsergebnis in Mio. DEM):

	1991	1992	1993
Beschäftigte	1 561	827	696
Umsatz	25,4	29,3	27,9
Betriebsergebnis	- 29,5	- 25,8	- 13,4

(7) Am 9. August 1993 meldete das Unternehmen Gesamtvollstreckung an. Das Gesamtvollstreckungsverfahren wurde am 29. September 1993 eingeleitet.

(8) Nach Angaben Deutschlands suchte der Gesamtvollstreckungsverwalter seit Einleitung des Gesamtvollstreckungsverfahrens nach Investoren zwecks Übernahme des Anlagevermögens. Nach Ansicht des Gesamtvollstreckungsverwalters würde der günstigste Preis für das Anlagevermögen dadurch erzielt werden können, dass das Unternehmen als seine Geschäftstätigkeit fortführendes Unternehmen verkauft würde.

(13) Deutschland legte folgende Angaben über die Geschäftstätigkeit des Unternehmens vor (Umsatz und Betriebsergebnis in Mio. DEM):

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Beschäftigte	380	369	327	323	307	327	322
Umsatz	23	29	32	39	34	35,8	41,6
Betriebsergebnis	[. . .] (*)	[. . .] (*)	[. . .] (**)	[. . .] (**)	[. . .] (**)	[. . .] (**)	[. . .] (**)

(*) Betriebsgeheimnis, Verluste.

(**) Betriebsgeheimnis.

b) Kahla/Thüringen Porzellan GmbH (Kahla II)

(9) Im November 1993 gründete der private Investor G. Raithel Kahla II. Im Januar 1994 veräußerte der Gesamtvollstreckungsverwalter die Grundstücke, Maschinen und Anlagen sowie das Vorratsvermögen des Unternehmens Kahla I i. GV. an G. Raithel. Es wurden 380 Beschäftigte übernommen.

(10) Der Gesamtpreis belief sich ursprünglich auf 7,391 Mio. DEM. Der Vertrag wurde am 5. Oktober 1994 dahin gehend geändert, dass der Preis in Höhe von 2,05 Mio. DEM für die Anlagen, der durch einen Zuschuss von 2,5 Mio. DEM finanziert werden sollte (siehe Maßnahme weiter unten), bei Unterzeichnung des geänderten Vertrags zu entrichten ist. Gesetzliche Rechte, Warenzeichen, eingetragene Muster und Know-how wurden für 1 DEM übertragen. Der Kundenstamm und der Auftragsbestand wurden unentgeltlich übertragen. Der sich auf 2,136 Mio. DEM belaufende Preis für die Lagerbestände sollte in zehn Raten ab 1. März 1994 entrichtet werden. Der Grundbesitz sollte abgabefrei für 3,205 Mio. DEM veräußert werden, zahlbar innerhalb von 14 Tagen.

(11) Nach Aussagen Deutschlands erfolgten bis 1996 Teilzahlungen. Ein Betrag von 1 Mio. DEM wurde schließlich 1999 gezahlt, nachdem der Gesamtvollstreckungsverwalter eine Hypothek auf einen Teil des Grundbesitzes aufgehoben hatte. Der letztlich eingezahlte Gesamtpreis belief sich auf 6,727 Mio. DEM. Nach Angaben Deutschlands war die Minderung des Preises für Vorräte um 0,664 Mio. DEM auf fehlerhafte Berechnungen zurückzuführen.

(12) Der Kaufvertrag sah zudem vor, dass die landeseigene Thüringer Industriebeteiligungs GmbH & Co. KG („TIB“) eine stille Beteiligung an der Kahla II übernehmen würde. Die Veräußerung wurde am 18. Juli 1994 ⁽⁴⁾ von der THA und am 19. Oktober 1995 von der BvS genehmigt.

⁽³⁾ „Verordnung zur Umwandlung von volkseigenen Kombinat, Betrieben und Einrichtungen in Kapitalgesellschaften (UmwandVO).“

⁽⁴⁾ Im Falle des Konkurses von früheren Treuhandunternehmen wurde der Grundbesitz auf die THA rückübertragen, die ihrerseits dessen Wert in die Konkursmasse einbringen musste.

B. Finanzierungsmaßnahmen

(14) In den folgenden Tabellen werden alle Finanzierungsmaßnahmen zugunsten Kahla I und der Kahla II zusammengefasst. Die rechte Spalte enthält die bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens verwendete Nummerierung. Die kursiv gedruckten Maßnahmen umfassen die neuen Beträge und/oder neuen Maßnahmen, von denen die Kommission erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet wurde.

a) Finanzierungsmaßnahmen zugunsten von Kahla I (in Mio. DEM)

Maßnahmen zugunsten von Kahla I					
Maßnahmen vor der Privatisierung				Betrag	Ex-Maßnahme
1		THA	Ausfuhrbürgschaft	4,500	B
Maßnahmen im Rahmen der Privatisierung					
2	23.4.1991	THA	Übernahme von Altlasten	37,700	A
3	23.4.1991	THA	Übernahme der Altschulden	31,100	A
4	23.4.1991	THA	Bürgschaften	24,900	B
Maßnahmen nach der Privatisierung					
5	12.1991	Land	Investitionszuschüsse	1,825	D
6	5.10.1992	THA	Darlehen	4,300	E
7	1.12.1992	THA	Darlehen	1,800	F
8	1993	THA	Erlöse aus der Verwertung der Grundstücke	5,676	B
9		Stadtsparkasse Jena	Kredite	3,900	G
10	1992—1995	Land	Investitionszulagen	0,035	
Insgesamt				115,736	

(15) Maßnahme 1: Eine vor der Privatisierung gewährte Ausfuhrbürgschaft, die nach deutschen Angaben niemals in Anspruch genommen wurde. Diese Bürgschaft war ursprünglich Maßnahme B zugeordnet.

(16) Maßnahmen 2 und 3: Übernahme der Schulden durch die THA aus den Krediten der Dresdner Bank AG von vor dem 1. Juli 1990 und aus von der THA vor der Privatisierung gewährten Darlehen.

(17) Maßnahme 4: Bürgschaften der THA. Die deutschen Behörden geben an, dass diese Bürgschaften zur Besicherung von Investitionen, einer Verlustdeckung und der Kredite der Dresdner Bank AG gewährt wurden. Für diese Bürgschaften stellte das Unternehmen verschiedene Sicherheiten, auf deren Inanspruchnahme die THA nach Einleitung der Gesamtvollstreckung verzichtete. Als zusätzliche Sicherheit wurde der THA das Recht eingeräumt, die nicht unmittelbar betriebsnotwendigen Grundstücke des Unternehmens zu verwerten. Diese Grundstücke wurden mit 13,3 Mio. DEM bewertet. Die zu erzielenden Erlöse sollten für die Tilgung der von der THA verbürgten Kredite eingesetzt werden. Deutschland räumt ein, dass die mit diesen Bürgschaften besicherten Kredite mit Einverständnis der THA nie zurückgezahlt wurden. Zum Zeitpunkt ihres Inkrafttretens

umfassten diese Bürgschaften auch die Zinsen, sodass sich die Gesamtsumme auf 24,9 Mio. DEM belief.

(18) Maßnahme 5: Im Dezember 1991 erhielt das Unternehmen vom Land Thüringen Investitionszuschüsse in Höhe von 1,825 Mio. DEM.

(19) Maßnahme 6: Am 5. Oktober 1992 bewilligte die THA zur Vermeidung der Insolvenz ein Darlehen in Höhe von 4,2 Mio. DEM.

(20) Maßnahme 7: Die THA stellte mit demselben Ziel am 1. Dezember 1992 ein weiteres Darlehen in Höhe von 1,8 Mio. DEM bereit.

(21) Maßnahme 8: Die Erlöse aus der in Maßnahme 3 genannten Verwertung der Unternehmensgrundstücke betragen insgesamt 5,676 Mio. DEM. Im Jahre 1993 wurden 3,4 Mio. DEM der Gesamterlöse Kahla I zur Verfügung gestellt und nicht für die Tilgung der Treuhandkredite verwendet. Deutschland gibt an, dass die Zahlung dieses Betrags an die THA verschoben wurde, doch dass der Gesamtbetrag in Höhe von 5,676 Mio. DEM in die Konkursmasse aufgenommen wurde. Demzufolge beliefen sich die Treuhand-Mittel, die dem Unternehmen zugute kamen, auf insgesamt 5,676 Mio. DEM.

- (22) Maßnahme 9: Deutschland teilte unlängst mit, dass die Kreis- und Stadtparkasse Jena zwei Kredite über insgesamt 3,9 Mio. DEM ausgereicht hat. Diese Kredite mit einem Zinssatz von 13,25 % bzw. 17,25 % wurden mit Grundschulden in Höhe von 10 Mio. DEM besichert.
- (23) Maßnahme 10: Im Zeitraum 1992 bis 1995 wurden Investitionszulagen in Höhe von 0,035 Mio. DEM gezahlt. Diesbezügliche Angaben wurden erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens übermittelt.
- (24) Bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens stellte die Kommission fest, dass die THA im Rahmen der Privatisierung finanzielle Unterstützung zur Deckung der Umwelthaftung gewährt hat. Nach deutschen Angaben kam diese Unterstützung letzten Endes nie zum Zuge.
- (25) Demzufolge erhielt Kahla I von der öffentlichen Hand finanzielle Unterstützungsmaßnahmen in Höhe von insgesamt 115,736 Mio. DEM.
- (26) Trotz dieser finanziellen Unterstützung wurde am 29. September 1993 das Gesamtvollstreckungsverfahren eröffnet. Deutschland gibt an, dass die THA als Teil der Konkursmasse Verbindlichkeiten in Höhe von 41,2 Mio. DEM eingetragen hat. Dieser Betrag ergibt sich aus den Maßnahmen 3, 6, 7 und 8, einschließlich Zinsen.
- (27) Am 27. September 1993 entschied die THA, auf die Inanspruchnahme der vom Unternehmen gestellten Sicherheiten für die Bürgschaften im Zusammenhang mit Maßnahme B zu verzichten. Am 18. Juli 1994 verzichtete die THA bzw. ihre Nachfolgeorganisation, die Bundesanstalt für vereinigungsbedingte Sonderaufgaben („BvS“), auf ihre rechtlich verbriefte Übernahme des Grunds und Bodens, da dies Ausgleichsleistungen an andere Gläubiger und daher Mehrkosten zur Folge gehabt hätte.

b) Finanzierungsmaßnahmen zugunsten von Kahla II

- (28) Folgende Finanzierungsmaßnahmen wurden für Kahla II von der öffentlichen Hand ergriffen (in Mio. DEM):

Maßnahmen zugunsten von Kahla II					
Maßnahmen 1994—1996				Betrag	Ex-Maßnahme
11	5.4.1994	TIB	Beteiligung	1,975	K
12	5.4.1994	TIB	Partiarisches Darlehen	6,000	L
13	25.3.1994	Land	90%ige Kreditbürgschaft (18—22)		N
14	25.3.1994	Land	90%ige Bürgschaft für Kredit einer Privatbank	5,850	N
15	10.5.1994	Land	Zuschuss KMU-Investitions-sicherung	2,500	H
16	4./5.6.1994	DtA-Eigenkapitalhilfe	Darlehen	0,200	J
17	5./6.1994	ERP-Existenzgründung	Darlehen	1,800	I
18	3./4.1995	ERP-Aufbau	Darlehen 1	2,000	
19	3./4.1995	KfW-Mittelstand	Darlehen	1,000	
20	6./26.4.1995	DtA-Umwelt	Darlehen	1,730	
21	7./26.4.1995	ERP-Energiespar	Darlehen	3,450	
22	3./25.4.1996	ERP-Aufbau	Darlehen 2	2,000	
23	2.1996	Land	90%ige Bürgschaft für ein Darlehen über 1 Mio. DEM durch eine Privatbank	0,900	N
24	1994—1996/97	Land	Investitionszuschüsse	3,360	O

Maßnahmen zugunsten von Kahla II					
Maßnahmen 1994—1996				Betrag	Ex-Maßnahme
25	1994—1996	Land	Investitionszulagen	0,838	P
26	1994—1996	Arbeitsamt	AFG-Zuschüsse	1,549	
27	1994—1996		Verschiedene Zuschüsse	0,492	
Maßnahmen ab 1997					
28	1997—1999	Land	Investitionszuschüsse	1,670	O
29	1997—1999	Land	Investitionszulagen	0,365	P
30	3./5.1999	Land	0,5 % einer 90%igen Bürgschaft für ein Darlehen über 2,32 Mio. DEM einer Privatbank	0,104	N
31	1997—1999	Arbeitsamt	AFG-Zuschüsse	0,851	
32	1997—1999		Verschiedene Zuschüsse	0,581	
Insgesamt				39,225	

- (29) Maßnahme 11: Laut Kaufvertrag übernahm die TIB im März 1994 gegen Entrichtung von 1,975 Mio. DEM 49 % der Anteile an Kahla II. Diese Beteiligung wurde noch im selben Monat durch ein partiarisches Darlehen erheblich aufgestockt (siehe oben Maßnahme 12). Am 31. Dezember 1999 beendete die TIB ihre Beteiligung an dem Unternehmen und übertrug ihre Anteile an der Kahla II auf G. Raithel und dessen Sohn, die dafür [...] (*) zahlten. Es gibt keine Hinweise dafür, wie dieser Preis zustande kam.
- (30) Maßnahme 12: Im März 1994 reichte die TIB ein partiarisches Darlehen in Höhe von 6 Mio. DEM aus. Deutschland erklärt, dass dieses Darlehen der TIB keine zusätzlichen Stimmrechte verleiht. Das Darlehen war mit 12 % zu verzinsen, wobei die Höhe der Zinsen auf 50 % des Jahresüberschusses begrenzt war. Die Kommission nimmt zur Kenntnis, dass Kahla II erst ab 1996 bescheidene Gewinne zu erwirtschaften begann. Deutschland gibt an, dass das Darlehen am 29. Dezember 1999 zusätzlich Zinsen in Höhe von 1,631 Mio. DEM zurückgezahlt wurde.
- (31) Maßnahmen 13 und 23: Das Land Thüringen übernahm im März 1994 für die Investitionskredite in einer Höhe von 13,5 Mio. DEM eine 90%ige Ausfallbürgschaft. Diese Bürgschaft wurde für die angeblich nach genehmigten Beihilferegelungen gewährten Kredite 18 bis 22 geleistet, sowie für einen Kredit, den eine Privatbank im Februar 1989 in Höhe von 1 Mio. DEM gewährt hat. Insgesamt betragen diese Kredite 11,18 Mio. DEM. Außerdem dürfte auch Kredit 17 von einer Bürgschaft gedeckt gewesen sein, obwohl die übermittelten Angaben hierzu nicht eindeutig sind.
- (32) Maßnahme 14: Eine vom Land Thüringen im März 1994 geleistete 90%ige Ausfallbürgschaft für Betriebsmittelkredite einer privaten Bank in Höhe von 6,5 Mio. DEM. Diese Bürgschaft wurde schrittweise herabgesetzt und lief am 31. Dezember 1999 aus.
- (33) Maßnahme 15: Ein Zuschuss in Höhe von 2,5 Mio. DEM, der am 10. Mai 1994 angeblich nach einer Regelung für KMU gewährt wurde.
- (34) Maßnahme 16: Ein Eigenkapitalhilfe-Darlehen („EKH-Darlehen“) über 0,2 Mio. DEM, das im Juni 1994 angeblich Herrn Raithel, dem Investor, nach einer Beihilferegelung im Zusammenhang mit der Gründung von Kahla II gewährt wurde. Dieser Regelung zufolge hatte der Investor diesen Betrag dem Unternehmen in Form von Eigenkapital bereitzustellen.
- (35) Maßnahme 17: Im Mai 1994 ein Darlehen in Höhe von 2 Mio. DEM, das angeblich nach dem ERP-Existenzgründungsprogramm⁽⁵⁾ gewährt wurde.
- (36) Maßnahme 18: Ein Investitionsdarlehen in Höhe von 2 Mio. DEM, das angeblich nach dem ERP-Aufbauprogramm⁽⁶⁾ im März 1995 gewährt wurde.
- (37) Maßnahme 19: Ein Investitionsdarlehen in Höhe von 1 Mio. DEM, das angeblich von der Kreditanstalt für Wiederaufbau im März 1993 nach einer von der Kommission genehmigten Beihilferegelung⁽⁷⁾ gewährt wurde.

(5) ERP-Existenzgründungsprogramm, N 949/95, SG(96) D/2720 vom 1.1.1996.

(6) ERP-Aufbauprogramm, N 951/91, SG(96) D/2720 vom 1.3.1996.

(7) KfW-Mittelstandsprogramm, NN 109/93, SG(94) D/327 vom 14.11.1994.

(*) Betriebsgeheimnis, 30—40 % höher als der von der TIB zuerst bezahlte Preis.

- (38) Maßnahme 20: Ein Investitionsdarlehen in Höhe von 1,73 Mio. DEM, das angeblich nach dem Dta-Umweltprogramm gewährt wurde. Die Nummer des Beihilfeprogramms und der Zeitpunkt seiner Annahme wurden der Kommission jedoch nicht mitgeteilt.
- (39) Maßnahme 21: Ein Investitionsdarlehen in Höhe von 3,45 Mio. DEM, das angeblich nach dem ERP-Energiesparprogramm⁽⁸⁾ im April 1995 gewährt wurde.
- (40) Maßnahme 22: Ein Investitionsdarlehen in Höhe von 2 Mio. DEM, das angeblich nach dem ERP-Aufbauprogramm⁽⁹⁾ im März 1996 gewährt wurde.
- (41) Die Kommission wurde von den Darlehen 18 bis 22 erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet.
- (42) Maßnahme 24: Im Oktober 1994 erhielt Kahla II vom Land Thüringen Investitionszuschüsse in Höhe von 3,36 Mio. DEM für Investitionen in dem Zeitraum 1994 bis 1996.
- (43) Maßnahme 25: Zwischen 1994 und 1996 erhielt das Unternehmen Investitionszulagen in Höhe von 0,838 Mio. DEM.
- (44) Maßnahme 26: Zuschüsse zur Förderung der Beschäftigung in Höhe von 1,549 Mio. DEM, die angeblich nach einer genehmigten Beihilferegelung⁽¹⁰⁾ gewährt wurden. Die Kommission wurde von den Zuschüssen erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet. Angaben zu dem Vorhaben, für das die Zuschüsse gewährt wurden, wurden nicht übermittelt.
- (45) Maßnahme 27: Zwischen 1994 und 1996 erhielt das Unternehmen Zuschüsse für die Teilnahme an Messen in Höhe von 0,122 Mio. DEM, Zuschüsse für Werbung in Höhe von 0,03 Mio. DEM, FuE-Zuschüsse in Höhe von 0,318 Mio. DEM und Zuschüsse zur Eingliederung von Arbeitnehmern in Höhe von 0,021 Mio. DEM. Die Kommission wurde von diesen Zuschüssen erst nach Verfahrenseinleitung unterrichtet. Für ihre Gewährung wurde keine Rechtsgrundlage angeführt.
- (46) Maßnahme 28: Weitere Investitionszuschüsse in Höhe von 1,67 Mio. DEM wurden im Dezember 1996 für die Jahre 1997 bis 1999 bewilligt.
- (47) Maßnahme 29: Das Unternehmen erhielt Investitionszulagen in Höhe von 0,365 Mio. DEM für die Jahre 1997 bis 1999.
- (48) Maßnahme 30: Ein Kredit in Höhe von 2,32 Mio. DEM wurde von einer Privatbank gewährt; dieser Kredit wurde ebenfalls von der 90 %igen Ausfallbürgschaft gedeckt, die im März 1994 vom Land Thüringen für Investitionskredite bis 13,5 Mio. DEM übernommen wurde (siehe Maßnahmen 13 und 23).
- (49) Maßnahme 31: Weitere Zuschüsse zur Beschäftigungsförderung in Höhe von 0,851 Mio. DEM, die angeblich nach einer anderen Beihilferegelung⁽¹¹⁾ gewährt wurden. Die Kommission wurde von diesen Zuschüssen erst nach Verfahrenseinleitung unterrichtet. Angaben zu dem Vorhaben, für das diese Zuschüsse gewährt wurden, wurden nicht übermittelt.
- (50) Maßnahme 32: Zwischen 1997 und 1999 erhielt das Unternehmen Zuschüsse für die Beteiligung an Messen in Höhe von 0,294 Mio. DEM, FuE-Zuschüsse in Höhe von 0,009 Mio. DEM und Zuschüsse zur Eingliederung von Arbeitnehmern in Höhe von 0,164 Mio. DEM. Außerdem erhielt es verschiedene Zuschüsse in Höhe von 0,114 Mio. DEM für Kostensenkungen, zu denen keine Einzelheiten mitgeteilt wurden. Die Kommission wurde von diesen Zuschüssen erst nach Verfahrenseinleitung unterrichtet. Eine Rechtsgrundlage für ihre Gewährung wurde nicht angeführt.
- (51) Angesichts dessen dürfte Kahla II von der öffentlichen Hand finanzielle Unterstützung in Höhe von rd. 35,644 Mio. DEM⁽¹²⁾ erhalten haben.

C. Der deutsche Standpunkt zur Notwendigkeit der Notifizierung

- (52) In ihrem Schreiben vom 11. November 1999 vertreten die deutschen Behörden die Ansicht, sie müssten der Kommission keine der vorstehenden Finanzierungsmaßnahmen notifizieren.
- (53) Die deutschen Behörden machen geltend, dass Kahla II im Februar 1994 neu gegründet und die Geschäftstätigkeit von Kahla I nicht fortgeführt wurde. Nach deutschen Aussagen befindet sich die Kahla II nicht in Schwierigkeiten. Daher sollten die Finanzierungsmaßnahmen der öffentlichen Einrichtungen nicht als Beihilfe betrachtet werden, weil die staatlichen Behörden als marktwirtschaftlich orientierter Kapitalgeber gehandelt hätten, als sie Kahla II finanzielle Hilfe zusagten. Die übrigen Finanzierungsmaßnahmen zugunsten von Kahla II sind den deutschen Behörden zufolge als De-minimis-Beihilfen anzusehen.

D. Marktanalyse

- (54) Sowohl Kahla I als auch Kahla II produzieren Geschirr aus Feinkeramik und Porzellan für den Haushaltssektor. Kahla II expandierte und produziert heute auch für den gewerblichen Bereich, insbesondere für Hotels und für Dekorationszwecke. Die Erzeugnisse werden auch exportiert.

⁽⁸⁾ ERP-Energiesparprogramm, N 563/D/94, SG(96) D/2720 vom 1.3.1996.

⁽⁹⁾ ERP-Aufbauprogramm, N 951/91, SG(96) D/2720 vom 1.3.1996.

⁽¹⁰⁾ NN 117/92, SG(95) D/341 vom 13.1.1995.

⁽¹¹⁾ NN 107/97, in Kraft seit 1. April 1997, genehmigt mit Schreiben SG(98) 1049 vom 6.2.1998.

⁽¹²⁾ Die öffentlichen Bürgschaften betreffend Kredite, die in vollem Umfang als Beihilfe eingestuft werden, sind nicht berücksichtigt, um eine Doppelzählung zu vermeiden.

(55) Im Sektor Tafel- und Zierporzellan besteht ein intensiver Warenaustausch zwischen den Mitgliedstaaten. Während Zierporzellan in ganz Europa hergestellt wird, sind die Tafelporzellanhersteller stark regional konzentriert: in Nordbayern (Deutschland), in Staffordshire (Vereinigtes Königreich) und im Limousin (Frankreich). Neben einer Vielzahl von KMU bestehen auch zahlreiche Großunternehmen. Zu letzteren gehören Villeroy & Boch (Deutschland/Luxemburg), Hutschenreuther und Rosenthal (Deutschland) sowie Royal Doulton und Wedgwood (Vereinigtes Königreich), auf die mehr als ein Drittel der Gesamtproduktion in der Gemeinschaft entfällt. Zur Deckung des speziellen Bedarfs des Hotel- und Gaststättengewerbes entstand der „Hotelporzellansektor“ mit seinem eigens entworfenen soliden Porzellan. Das Vereinigte Königreich, Deutschland und Italien sind die Haupterzeuger- und Verbraucherländer. Die enge Beziehung zum Endverbraucher und die notwendige Konkurrenz beim Design haben diese sehr arbeitsintensive Branche mit ihrer enormen Produktpalette besonders geprägt. Die Verkäufe an Drittländer übersteigen nominal die europäischen Importe, doch real liegen die Importe über den Exporten, vor allem wegen der extrem billigen Einfuhren aus China ⁽¹³⁾.

(56) In der Porzellanbranche bestehen Überkapazitäten. Fertigung und Verbrauch verzeichneten zwischen 1984 und 1991 ein anhaltendes Wachstum, dem in den Jahren 1992 und 1993 Rückschläge folgten. Eine für 1994 erwartete Erholung trat nicht ein. Die Handelsbilanz der letzten Jahre war positiv, besonders bei Haushaltsgeschirr. Der Exportzuwachs kann den Wettbewerbsdruck in diesem Sektor nicht ausgleichen. Vielmehr könnte sich die angespannte Wettbewerbslage in Verbindung mit dem Kapazitätsüberschuss durch Marktneueinsteiger aus Südostasien und Osteuropa (vor allem der Tschechischen Republik und Ungarn), die von ihren Handelsabkommen mit der Europäischen Union profitieren, noch weiter verschärfen ⁽¹⁴⁾.

III. GRÜNDE FÜR DIE EINLEITUNG DES FÖRMLICHEN PRÜFVERFAHRENS

(57) Bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens hat die Kommission die Finanzierungsmaßnahmen zugunsten von Kahla I und Kahla II im Lichte des Artikels 87 Absatz 1 EG-Vertrag und des Artikels 61 Absatz 1 EWR-Abkommen untersucht. Die Maßnahmen umfassten staatliche Mittel und verfälschten den Wettbewerb zwischen den Mitgliedstaaten oder drohten ihn zu verfälschen und verschafften diesen Unternehmen Vorteile. In ihrer vorläufigen Würdigung waren Kahla I und Kahla II nach Ansicht der Kommission Unternehmen in Schwierigkeiten. Die Kommission war daher der Meinung, dass der Staat sich nicht wie ein privater Investor verhalten hatte, der diesen Unternehmen finanzielle Mittel zuführt, und dass diese Maßnahmen als staatliche Beihilfe anzusehen sind.

(58) Da die Kommission ernsthafte Zweifel hatte, ob diese Beihilfen mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar sind,

leitete sie wegen der Ad-hoc-Beihilfen an Kahla I und Kahla II das förmliche Prüfverfahren ein. Außerdem behauptete Deutschland, dass zahlreiche Beihilfemaßnahmen nach genehmigten Beihilferegelungen gewährt worden seien. Nach den der Kommission vorliegenden Angaben konnte sie nicht entscheiden, ob diese Maßnahmen mit den genehmigten Beihilferegelungen, nach denen sie angeblich gewährt wurden, übereinstimmen. Daher hat die Kommission im Rahmen der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens eine Anordnung zur Auskunftserteilung an die deutschen Behörden gerichtet um festzustellen, ob die angeblich von genehmigten Beihilferegelungen abgedeckten Beihilfen tatsächlich mit den Regelungen übereinstimmen, nach denen sie angeblich gewährt wurden.

(59) Die Kommission hat keine Stellungnahmen von sonstigen Beteiligten erhalten.

IV. WÜRDIGUNG

A. Das Unternehmen

(60) Nach Angaben der deutschen Behörden sind Kahla I und Kahla II zwei verschiedene Unternehmen ohne unternehmerische Kontinuität, die in getrennten Verfahren behandelt werden sollten.

(61) Bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens konnte die Kommission aufgrund der vorliegenden Angaben nicht entscheiden, ob Kahla I und Kahla II unabhängige Unternehmen waren oder inwieweit die Kahla II als Fortführung eines Unternehmens oder als Auffanglösung anzusehen ist. Daher wurde Deutschland aufgefordert, ausreichende Angaben vorzulegen, um diesen Punkt zu klären.

(62) Die Kommission verfügt nun über ausreichende Beweise, um feststellen zu können, dass Kahla I und Kahla II verschiedene rechtliche Einheiten sind, und ist im Rahmen dieser vorläufigen Würdigung zu der Ansicht gelangt, dass Kahla II als Auffangesellschaft betrachtet werden könnte. Die Kahla II wurde von G. Raithel gegründet, um die Tätigkeiten der in Abwicklung befindlichen Kahla I fortzuführen und deren Vermögenswerte zu übernehmen, während die Verbindlichkeiten bei Kahla I verblieben. In den vorliegenden Angaben wird Kahla II oft als Auffangesellschaft bezeichnet, und die Kommission stellt fest, dass eine Änderung der Kontrolle, der Eigentumsverhältnisse und der Rechtspersönlichkeit stattgefunden hat.

(63) Doch ist der Kommission nicht bekannt, ob die Veräußerung der Vermögenswerte an Kahla II in einer offenen und unbeschränkten Ausschreibung erfolgte. Den deutschen Behörden zufolge wurde G. Raithel vom Gesamtvollstreckungsverwalter wegen seiner Erfahrung auf dem Porzellanmarkt als bester Bieter ausgewählt. Dies dürfte bedeuten, dass das erste Zuschlagskriterium die Fortführung der Unternehmenstätigkeiten war und nicht die Erzielung des günstigsten Verkaufspreises. So kann nicht geklärt werden, ob es sich um eine bedingungsfreie Veräußerung handelte. Trotz einer Anordnung zur Auskunftserteilung hat Deutschland die Kommission nicht von den Angeboten anderer potenzieller Erwerber unterrichtet. Daher kann die Kommission weiterhin nicht entscheiden, ob von G. Raithel das beste Gebot ausging.

⁽¹³⁾ Angaben von der Web-Seite der Cerameunie (<http://www.cerameunie.org>).

⁽¹⁴⁾ Panorama der EU-Industrie 1997, 9—20; NACE (Revision 1). Siehe auch Entscheidung der Kommission in der Sache C 35/97, Triptis Porzellan GmbH (ABl. C 52 vom 27.2.1999).

- (64) Die Kommission erkennt an, dass der Wert des Grundvermögens von Kahla I auf einem Gutachten unabhängiger Sachverständiger beruhte. Der Preis für Anlagen und Vorratsvermögen — insgesamt rd. 3,5 Mio. DEM — wurde jedoch durch keinerlei Gutachten ermittelt. Da keine offene Ausschreibung erfolgte und keine umfassenden Gutachten unabhängiger Sachverständiger vorliegen, kann die Kommission nicht entscheiden, ob der für die Vermögenswerte von Kahla I gezahlte Preis dem Marktpreis entsprach.
- (65) In Anbetracht dessen kann die Kommission nicht ausschließen, dass die Veräußerung an G. Raithel eine Beihilfe in unbestimmter Höhe beinhaltet.
- B. Beihilfen im Sinne von Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag**
- (66) Kahla I und Kahla II wurden Finanzhilfen aus staatlichen Mitteln gewährt, die beiden Unternehmen Vorteile gegenüber ihren Mitbewerbern verschafften. Da der Porzellanmarkt ein wettbewerbsintensiver europäischer Produktmarkt mit Überkapazität ist, drohen finanzielle Vorteile, die einem Unternehmen gegenüber seinen Mitbewerbern eine günstige Position verschaffen, den Wettbewerb zu verfälschen und beeinträchtigen den Handel zwischen Mitgliedstaaten.
- (67) Diese Würdigung bezieht sich nur auf diejenigen Maßnahmen, die Gegenstand einer Anordnung zur Auskunftserteilung waren, bzw. auf diejenigen Maßnahmen, von denen die Kommission erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet wurde.
- (68) Was Kahla I betrifft, so hat Deutschland nicht die bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens von der Kommission geäußerte Ansicht bestritten, dass es sich um ein Unternehmen in Schwierigkeiten handelt. Nach Bewertung der Angaben, die als Reaktion auf die Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens übermittelt wurden, ist die Kommission zu dem Schluss gelangt, dass mehrere Maßnahmen keine Beihilfen darstellen:
- (69) Maßnahme 2: Erlass der Schulden durch die THA über 37,7 Mio. DEM. Die Kommission räumt ein, dass aufgrund des THA-Regimes der Erlass von Altlasten, die von vor dem 1. Juli 1990 datieren und die Folge einer willkürlichen Kostenumlage in einer Planwirtschaft sind, keine Beihilfe darstellt⁽¹⁵⁾.
- (70) Maßnahme 9: Nach Ansicht der Kommission wurden diese Kredite in Höhe von 3,9 Mio. DEM weit über dem damals geltenden Referenzzinssatz gewährt und ihre Rückzahlung wurde durch Hypotheken in Höhe von 10 Mio. DEM gewährleistet. Demnach vertritt die Kommission in diesem Stadium die Auffassung, dass diese Kredite kein Beihilfeelement enthalten.
- (71) Die übrigen von der öffentlichen Hand getroffenen Maßnahmen, einschließlich Maßnahme 10, von denen die Kommission erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet wurde, werden im Rahmen dieser vorläufigen Würdigung immer noch als Beihilfe im Sinne des oben erwähnten Artikels angesehen.
- (72) Was Kahla II betrifft, so sind die deutschen Behörden im Gegensatz zu der von der Kommission bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens geäußerten Ansicht der Meinung, dass es sich um ein neues Unternehmen handelt, das die unternehmerische Kontinuität von Kahla I nicht gewährleistet und das sich nie in Schwierigkeiten befand. Deshalb haben die öffentlichen Behörden bei der Gewährung ihrer finanziellen Unterstützung wie ein marktorientierter Investor gehandelt. Zur Untermauerung dieser Argumentation legte Deutschland eine Studie vor, in der die Umstände untersucht werden, unter denen Kahla II Aussicht auf Rentabilität hat.
- (73) Wie bereits bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens festgestellt, heißt es in der Studie, dass Kahla II gute Aussichten auf Wiederherstellung der Rentabilität hatte, was aber keinesfalls bedeutet, dass das Unternehmen zum Zeitpunkt der Gründung gesund war. In der Studie wird darauf hingewiesen, dass die Wiederherstellung der Rentabilität nur mit externer finanzieller Unterstützung erreicht werden könnte. Die Gewinnschwelle sollte 1996 mit einem positiven Ergebnis in Höhe von 1,394 Mio. DEM erreicht werden. Da das Ergebnis in Wirklichkeit weitaus niedriger lag, fragt sich, ob der Bericht zu optimistisch war. Außerdem hieß es in der Studie, dass das öffentliche Engagement zugunsten von Kahla II hohe Risiken beinhaltete und jegliche Möglichkeit ausschloss, dass das Unternehmen eine finanzielle Unterstützung vor 1998 zurückzahlen kann. So bleibt die Kommission bei ihrem Standpunkt, dass die Studie nicht belegt, dass sich Kahla II zum Zeitpunkt ihrer Gründung nicht in Schwierigkeiten befand.
- (74) Darüber hinaus nimmt die Kommission zur Kenntnis, dass sich die übermittelten Angaben auf Umstrukturierungsmaßnahmen beziehen, die durchgeführt werden mussten, um das in der vorstehend genannten Studie bewertete Unternehmenskonzept umsetzen zu können. Dabei handelt es sich um folgende Maßnahmen: Personalabbau, Ersatz für die alten Maschinen und Anlagen, Schließung von Produktionsstätten, Investitionen mit dem Ziel, technische Standards und Umweltnormen einhalten zu können, und Aufbau eines Vertriebsnetzes. Maßnahmen dieser Art können durchaus eine Umstrukturierung begründen. Zudem stellt die Kommission fest, dass aus den Bilanzen für die Jahre 1994 und 1995 eindeutig hervorgeht, dass Kahla II trotz Entschuldung und nachfolgender Kapitalspritzen des Landes 1994 und 1995 Verluste in Höhe von [...] (*) erlitt. Erst 1996 wurde ein positives Betriebsergebnis von gerade einmal [...] (*) erwirtschaftet.
- (75) Im Rahmen ihrer vorläufigen Würdigung bleibt die Kommission bei ihrer Ansicht, dass Kahla II seit der Gründung mindestens noch bis Ende 1996 in finanziellen Schwierigkeiten war. Daher hegt die Kommission ernsthafte Zweifel, ob ein marktwirtschaftlich handelnder privater Investor dem Unternehmen ähnliche Finanzhilfen gewährt hätte. Im Rahmen dieser Würdigung ist die von den öffentlichen Behörden Kahla II bis 1996 gewährte Unterstützung als Beihilfe im Sinne von Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag zu betrachten.

⁽¹⁵⁾ Punkt 3 des THA-Regimes NN 108/91, (SG(91) D/17825 vom 26.9.1991).

(*) Betriebsgeheimnis.

- (76) Die Kommission stellt fest, dass die Maßnahmen 14 und 23 zu 90 % staatliche Bürgschaften für von privaten Banken ausgereichte Kredite darstellen. Im Rahmen ihrer vorläufigen Würdigung betrachtet die Kommission die Kredite selbst nicht als Beihilfe, bewertet aber die Bürgschaften, die angeblich durch genehmigte Beihilferegulungen abgedeckt sind. Doch bemerkt die Kommission, dass diese 90%igen Bürgschaften eine negative Wirkung auf den Kredit selbst haben könnten. Demnach sind von den deutschen Behörden weitere Auskünfte zu verlangen (siehe Rdnr. 122). Die Kommission könnte ihre Ansicht korrigieren, nachdem sie die von Deutschland erteilten Auskünfte bewertet hat.
- (77) Was die ab 1997 erlassenen Maßnahmen 28 bis 32 betrifft, so hätte nach Ansicht der Kommission kein marktwirtschaftlich handelnder Kapitalgeber nicht rückzahlbare Zuschüsse gewährt. Die 90%ige Bürgschaft wurde nach Auffassung der Kommission nicht unter Marktbedingungen gewährt. Außerdem behauptet Deutschland nicht, dass sie nach dem Grundsatz des marktwirtschaftlich handelnden privaten Investors gewährt wurde, sondern unter die De-minimis-Regelung fällt.

C. Beihilfen, die angeblich durch genehmigte Beihilferegulungen abgedeckt sind

- (78) Die Kommission prüft hier, ob die Maßnahmen, die Gegenstand einer Anordnung zur Auskunftserteilung waren, und die Maßnahmen, von denen sie nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet wurde, als bestehende Beihilfen anzusehen sind.
- (79) Deutschland hat nicht behauptet, dass die Beihilfemaßnahmen zugunsten von Kahla I im Rahmen genehmigter Beihilferegulungen gewährt wurden. Trotzdem versuchte die Kommission zu prüfen, ob einige der Beihilfen möglicherweise unter eine genehmigte Beihilferegulung fielen. Da keine einschlägigen Angaben vorlagen, konnte sie zu keinem Schluss gelangen. Zudem wurde ein Teil der Beihilfemaßnahmen zugunsten von Kahla II angeblich nach genehmigten Beihilferegulungen gewährt. Da die vorliegenden Angaben zur Nachprüfung dieser Frage nicht ausreichten, forderte die Kommission Deutschland mittels einer Anordnung zur Auskunftserteilung gemäß Artikel 10 Absatz 3 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 auf, ihr alle zur Beurteilung notwendigen Unterlagen, Angaben und Daten zu übermitteln. Die folgende vorläufige Würdigung beruht auf den von Deutschland auf diese Anordnung hin erteilten Auskünfte.
- (80) Maßnahme 1: Fiel ursprünglich unter die Bürgschaften der früheren Maßnahme B. Die Kommission erkennt an, dass die THA aufgrund des einschlägigen THA-Regimes berechtigt war, den von ihr verwalteten Unternehmen bis zu deren Privatisierung Bürgschaften zu gewähren⁽¹⁶⁾.
- (81) Maßnahme 3: Ein Verzicht auf die Rückzahlung der von der THA gewährten Darlehen. Die Kommission erkennt an, dass aufgrund des einschlägigen THA-Regimes die THA berechtigt war, den von ihr verwalteten Unternehmen Darlehen zu gewähren. Diese Darlehen, die anzu-
- melden waren, wurden einem Unternehmen in Schwierigkeiten gewährt. Wegen des hohen Ausfallrisikos in diesen Fällen zusammen mit den besonderen Verhältnissen in den neuen Bundesländern betrug das potenzielle Beihilfeelement dieser Darlehen 100 %⁽¹⁷⁾. Daher ist nach Meinung der Kommission in diesem Stadium der Verzicht auf die Rückzahlung bei Privatisierung nicht als neue Beihilfe zu bewerten.
- (82) Maßnahme 4: Bürgschaften der THA bis zu 24,9 Mio. DEM, die angeblich im Rahmen der Privatisierung nach dem einschlägigen THA-Regime gewährt wurden. Da den neusten Angaben zufolge die Privatisierung erst am 11. Dezember 1992 wirksam wurde, sind diese Bürgschaften als unter das einschlägige THA-Regime fallend zu betrachten⁽¹⁸⁾.
- (83) Maßnahme 5: D. h. Investitionszuschüsse in Höhe von 1,825 Mio. DEM wurden vom Land Thüringen im Rahmen der Gemeinschaftsaufgabe zur Förderung der Investitionen⁽¹⁹⁾ gewährt. Den vorliegenden Angaben ist zu entnehmen, dass die Beihilfehchstintensitäten eingehalten wurden. Daher betrachtet die Kommission in diesem Stadium diese Beihilfen als bestehende Beihilfen, die nicht nochmals zu bewerten sind.
- (84) Maßnahmen 6 und 7: Nach den letzten Informationen wurden diese Darlehen vor der Privatisierung gewährt, d. h. als das Unternehmen noch von der THA verwaltet wurde. Daher ist die Kommission in diesem Stadium der Ansicht, dass sie von dem einschlägigen THA-Regime⁽²⁰⁾ abgedeckt wurden.
- (85) Maßnahme 10: Eine Investitionszulage in Höhe von 0,035 Mio. DEM wurde nach dem Investitionszulagengesetz⁽²¹⁾ gewährt. Obwohl die diesbezüglichen Angaben erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens übermittelt wurden, ist die Kommission aufgrund der vorliegenden Informationen der Ansicht, dass diese Maß-

⁽¹⁶⁾ Lt. Punkt II des THA-Regimes NN 108/91 kann die THA vor der Privatisierung den von ihr verwalteten Unternehmen Bürgschaften gewähren. Ausfuhrkreditbürgschaften werden unter Buchstabe b) erwähnt (NN 108/91, SG(91) D/17825 vom 26.9.1991).

⁽¹⁷⁾ Mitteilung der Kommission an die Mitgliedstaaten (ABl. C 307 vom 13.11.1993) in Verbindung mit der Richtlinie 80/723/EWG der Kommission vom 25. Juni 1980 über die Transparenz der finanziellen Beziehungen zwischen den Mitgliedstaaten und den öffentlichen Unternehmen (ABl. L 195 vom 29.7.1980). Nr. 33 der Mitteilung der Kommission über die Anwendung der Artikel 92 und 93 des EG-Vertrags sowie des Artikels 61 des EWR-Abkommens auf staatliche Beihilfen im Luftverkehr (ABl. C 350 vom 10.12.1994). Siehe auch Sachen Chemieanlagenbau Staßfurt (ABl. L 130 vom 26.5.1999), C 30/98 Wildauer Kurbelwelle, NN 4/99 Esda Feinstrumpffabrik, Lautex Weberei und Veredlung (ABl. C 387 vom 12.12.1998).

⁽¹⁸⁾ Lt. Punkt II des THA-Regimes NN 108/91 kann die THA vor der Privatisierung den von ihr verwalteten Unternehmen Bürgschaften gewähren. Ausfuhrkreditbürgschaften werden unter Buchstabe b) erwähnt (NN 108/91, SG(91) D/17825 vom 26.9.1991).

⁽¹⁹⁾ 20. Rahmenplan der Gemeinschaftsaufgabe zur Förderung der Investitionen. Derartige Maßnahmen sind als regionale Investitionsbeihilfen nach Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag einzustufen und wurden von der Kommission als Ausnahmeregelung zu Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag genehmigt (Beihilfe N 373/91).

⁽²⁰⁾ Lt. Punkt III des THA-Regimes NN 108/91 kann die THA vor der Privatisierung den von ihr verwalteten Unternehmen Darlehen gewähren (NN 108/91, SG(91) D/17825 vom 26.9.1991).

⁽²¹⁾ Investitionszulagengesetze N 561/92, SG(92) D/16623 vom 24.11.1992 und N 494/A/95, SG(95) D/17154 vom 27.12.1995.

nahmen mit der Regelung, nach der sie gewährt wurden, übereinstimmen. Daher betrachtet die Kommission diese Zulagen als bestehende Beihilfen, die nicht nochmals zu bewerten sind.

- (86) Was Kahla II betrifft, erinnert die Kommission daran, dass die Maßnahmen 11 und 12 bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens als Ad-hoc-Beihilfen angesehen wurden. Was diese angeblich nach einer genehmigten Beihilferegelung erlassenen Maßnahmen und die Maßnahmen betrifft, von denen die Kommission erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet wurde.
- (87) Maßnahmen 13, 14 und 23: 90%ige Ausfallbürgschaften, die angeblich nach einer genehmigten Beihilferegelung gewährt wurden (Richtlinien vom 18.6.1992). Bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens nahm die Kommission irrtümlicher Weise an, dass die Beihilfe nach der von der Kommission genehmigten Regelung NN 25/95 gewährt wurde. Wie Deutschland unlängst zugegeben hat, wurde die Regelung, nach der diese Bürgschaften übernommen wurden, niemals bei der Kommission angemeldet, sondern wurde unter der Nr. NN 46/97 eingetragen und niemals von der Kommission genehmigt. Folglich beruhen diese Bürgschaften auf keiner genehmigten Beihilferegelung und sind innerhalb dieser vorläufigen Würdigung als Ad-hoc-Beihilfen zu bewerten. Den deutschen Behörden zufolge fallen diese Bürgschaften unter die De-minimis-Regelung. Da eine genehmigte Rechtsgrundlage fehlt, ändert dies nichts an ihrer Einstufung als Ad-hoc-Beihilfe. Die Anwendung der De-minimis-Regelung wird in der abschließenden Entscheidung in dieser Sache geprüft.
- (88) Maßnahme 15: Ein Zuschuss in Höhe von 2,5 Mio. DEM wurde angeblich im Rahmen einer Regelung für KMU⁽²²⁾ gewährt. Wie die Kommission bereits bei ihrer Eröffnung des förmlichen Prüfverfahrens festgestellt hat, war Kahla II zum Zeitpunkt der Gewährung des Zuschusses nicht als KMU einzustufen. Obwohl Deutschland behauptet, dass der relevante Zeitpunkt der des Antrags auf diese Beihilfe sein sollte, bleibt die Kommission bei ihrer Ansicht, dass diese Beihilfe offensichtlich nicht mit der Regelung übereinstimmt und als neue Beihilfe zu bewerten ist⁽²³⁾.
- (89) Maßnahme 16: Ein Darlehen in Höhe von 0,2 Mio. DEM wurde angeblich im Rahmen eines Eigenkapitalhilfeprogramms⁽²⁴⁾ bewilligt. Dieses Programm war nur für KMU bestimmt. Doch da Kahla II aufgrund

der vorliegenden Angaben nie als KMU eingestuft wurde, steht die Beihilfe offensichtlich nicht mit der Regelung in Einklang.

- (90) Maßnahmen 17 bis 22: Den übermittelten Angaben ist zu entnehmen, dass diese Darlehen zusammen mit den Maßnahmen 15, 16, 24 und 25 verwendet wurden, um den Kaufpreis für Grund und Boden, Anlagen und Vorratsvermögen sowie Investitionen über insgesamt 36,89 Mio. DEM zu bezahlen. Die verbleibenden Kosten wurden mit der TIB-Beteiligung (Maßnahme 11) und den partiarischen Darlehen der TIB (Maßnahme 12) sowie mit den durch die 90%ige Bürgschaft gedeckten Krediten (Maßnahmen 14 und 23) finanziert. Diese Darlehen — mit der vorläufigen Ausnahme der von den Bürgschaften nach den Maßnahmen 14 und 23 besicherten Darlehen — sind möglicherweise in voller Höhe als staatliche Beihilfe zu betrachten, da sie aus staatlichen Mitteln einem Unternehmen in Schwierigkeiten nicht zu Marktbedingungen gewährt wurden. Der Investor leistete aus Eigenmitteln einen Beitrag in Höhe von 0,055 Mio. DEM. So deckten die Finanzmittel der öffentlichen Hand (11 bis 25) mindestens 91 % der Investitionen. Daraus folgt, dass aufgrund der vorliegenden Angaben die Regeln für die Kumulierung und die Beihilfeshöchstintensitäten offenbar nicht eingehalten wurden⁽²⁵⁾. Demzufolge sind die Maßnahmen 17 bis 22 als neue Beihilfen zu bewerten.
- (91) Maßnahme 24: Direkte Investitionszuschüsse, die angeblich im Rahmen einer genehmigten Beihilferegelung⁽²⁶⁾ gewährt wurden. Wie bereits bei obigen Maßnahmen 17 bis 22 erläutert, wurden nach den vorliegenden Angaben zu urteilen die Kumulierungsregeln offensichtlich nicht eingehalten. Diese Zuschüsse sind als neue Beihilfen zu bewerten.
- (92) Maßnahme 25: Investitionszulagen, die angeblich im Rahmen genehmigter Beihilferegelungen gewährt wurden. Aufgrund der Angaben, die als Reaktion auf die Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens übermittelt wurden, wurden die Zulagen angeblich nach dem Investitionszulagengesetz des Jahres 1993 und 1996⁽²⁷⁾ gewährt. Wie bereits aufgrund der vorliegenden Angaben oben erläutert, wurden die Kumulierungsregeln offensichtlich nicht eingehalten. Deshalb sind die Investitionszulagen als Ad-hoc-Beihilfen zu bewerten.
- (93) Maßnahme 26: Zuschüsse zur Förderung der Beschäftigung, die angeblich im Rahmen einer genehmigten Beihilferegelung⁽²⁸⁾ gewährt wurden. Die Kommission wurde über diese Zuschüsse erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet. Nach den vorliegenden Angaben zu urteilen fallen sie jedoch deutlich nicht unter die Regelung, nach der sie angeblich gewährt wurden. Der einschlägigen Regelung zufolge sind diese

⁽²²⁾ Die Regelung (N 408/93, SG(93) D/19245 vom 26.11.1993) bezieht sich ausdrücklich auf die KMU-Definition in dem 1992er Gemeinschaftsrahmen für staatliche Beihilfen an kleine und mittlere Unternehmen: weniger als 250 Beschäftigte und entweder ein Jahresumsatz von höchstens 20 Mio. EUR oder eine Bilanzsumme von höchstens 10 Mio. EUR (ABl. C 213 vom 19.8.1992, S. 2).

⁽²³⁾ Siehe Verordnung (EG) Nr. 69/2001 der Kommission: „Als Bewilligungszeitpunkt sollte der Zeitpunkt gelten, zu dem das Unternehmen einen Rechtsanspruch auf die Beihilfe erwirbt“ (ABl. L 10 vom 13.1.2001, S. 30). Siehe auch Anhang II der Verordnung (EG) Nr. 70/2001 der Kommission, in der immer von der „Gewährung“ der Beihilfe die Rede ist (ABl. L 10 vom 13.1.2001, S. 33). Siehe auch Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates, in der immer der Begriff „Gewährung“ der Beihilfe verwendet wird (ABl. L 83 vom 27.3.1999, S. 3).

⁽²⁴⁾ ERP-Eigenkapitalhilfeprogramm, N 213/93, SG(93) D/16665 vom 13.10.1993.

⁽²⁵⁾ Diese Darlehen wurden unter den Marktzinssätzen an ein Unternehmen in Schwierigkeiten und ohne Sicherheiten — abgesehen von der 90%igen Landesbürgschaft — gewährt. Folglich ist die Kommission innerhalb dieser vorläufigen Würdigung der Ansicht, dass sich ihr Beihilfeelement a priori auf 100 % beläuft.

⁽²⁶⁾ 23. Rahmenplan der Gemeinschaftsaufgabe zur Verbesserung der Wirtschaftsstruktur, N 157/94, SG(94) D/11038 vom 1.8.1994.

⁽²⁷⁾ N 561/92, SG(92) D/16623 vom 24.11.1992 und N 494/A/1995, SG(95) D/17154 vom 27.12.1995.

⁽²⁸⁾ NN 117/92, SG(95) D/341 vom 13.1.1995.

Maßnahmen keine Beihilfen, weil sie einem bestimmten Unternehmen keinerlei Vorteil verschaffen. Deshalb kommen Privatunternehmen für derartige Maßnahmen nicht in Frage, da nach der Privatisierung die entwickelten Projekte dem Eigeninteresse der Unternehmen und nicht dem Allgemeininteresse dienen. Folglich kann die Kommission aufgrund der vorliegenden Angaben nicht darauf schließen, dass das Vorhaben keinen wirtschaftlichen Vorteil für Kahla II darstellte. Überdies weist die Kommission darauf hin, dass Privatunternehmen nicht für die Teilnahme an derartigen Vorhaben zugelassen sind und dass ein Teil dieser Zuschüsse vom Land Thüringen gewährt wurde, während nur die Bundesanstalt für Arbeit als zugelassene Stelle für die Gewährung derartiger Zuschüsse betrachtet wird. Deshalb gelangt die Kommission im Rahmen dieser vorläufigen Würdigung zu der Ansicht, dass diese Zuschüsse Beihilfen darstellen, die als Ad-hoc-Beihilfen zu bewerten sind.

- (94) Maßnahme 27: Zuschüsse für verschiedene Zwecke, von denen die Kommission erst nach Verfahrenseinleitung unterrichtet wurde. Für ihre Gewährung wurde keine genehmigte Rechtsgrundlage angeführt, sodass sie als neue Beihilfen zu bewerten sind.
- (95) Maßnahmen 28 und 29: Investitionszuschüsse und Investitionszulagen. Diese Maßnahmen sind als regionale Investitionsbeihilfen einzustufen, die aufgrund der übermittelten Angaben mit den Regelungen übereinstimmen, nach denen sie gewährt wurden und bei denen die Kumulierungsregeln beachtet werden. Deshalb ist die Kommission in diesem Stadium der Auffassung, dass sie bestehende Beihilfen darstellen, die nicht nochmals zu bewerten sind.
- (96) Maßnahme 30: eine 90%ige Bürgschaft für ein Darlehen einer Privatbank. Da sich Kahla II zum Zeitpunkt ihrer Gewährung nicht mehr in Schwierigkeiten befand, beläuft sich einer Vereinbarung zwischen Deutschland und der Kommission zufolge das Beihilfeelement der Bürgschaft auf 0,5 % des von der Bürgschaft gedeckten Betrags, d. h. 0,104 Mio. DEM. Dieser Betrag soll unter die De-minimis-Regelung fallen.
- (97) Maßnahme 31: Weitere Zuschüsse zur Förderung der Beschäftigung, die nach einer anderen Beihilferegelung⁽²⁹⁾ gewährt wurden. Die Kommission wurde von diesen Zuschüssen erst nach Verfahrenseinleitung unterrichtet. Aufgrund der vorliegenden Angaben kann die Kommission nicht entscheiden, ob sie mit der Regelung, nach der sie gewährt wurden, übereinstimmen.
- (98) Maßnahme 32: Zuschüsse für verschiedene Zwecke, von denen die Kommission erst nach Verfahrenseinleitung unterrichtet wurde. Für ihre Gewährung wurde keine Rechtsgrundlage angeführt. Folglich sind sie als neue Beihilfen zu bewerten.

⁽²⁹⁾ NN 107/97, in Kraft seit 1. April 1997, genehmigt mit Schreiben SG(98) 1049 vom 6.2.1993.

D. Angebliche De-minimis-Maßnahmen

- (99) Die Maßnahmen 13, 14, 23 und 30 fallen angeblich unter die De-minimis-Regelung. Dieser Regelung zufolge beträgt der maximale Gesamtbetrag der De-minimis-Beihilfe 100 000 EUR innerhalb von drei Jahren ab dem Zeitpunkt der ersten De-minimis-Beihilfe. Dieser Betrag umfasst alle Arten von öffentlichen Beihilfen, die als De-minimis-Beihilfe gewährt werden, und berührt nicht die Möglichkeit, dass der Empfänger aufgrund von der Kommission genehmigter Regelungen andere Beihilfen erhält.
- (100) Bezüglich der Bürgschaften im Rahmen der Maßnahmen 13, 14 und 23. Aufgrund der Mitteilung der Kommission über die Anwendung der Artikel 87 und 88 EG-Vertrag auf staatliche Beihilfen in Form von Haftungsverpflichtungen und Bürgschaften gilt Folgendes: „Ist bei der Übernahme der Garantie sehr wahrscheinlich, dass der Kreditnehmer seinen Verpflichtungen nicht nachkommen kann, z. B. weil er in finanziellen Schwierigkeiten ist, so kann der Wert der Garantie genauso hoch sein wie der Betrag, der durch die Garantie effektiv gedeckt ist“⁽³⁰⁾. Dies bedeutet, dass das Beihilfeelement dieser Bürgschaften 90 % der entsprechenden Kredite beträgt, was weit über die De-minimis-Regelung hinausgeht. Die Tatsache, dass der Betrag der Bürgschaft nach Maßnahme 13 nicht berücksichtigt wird, um eine Doppelzählung zu vermeiden, heißt nicht, dass er keine Beihilfe darstellt.
- (101) Andererseits wurde die Bürgschaft nach Maßnahme 30 bereitgestellt, als das Unternehmen sich nicht mehr in Schwierigkeiten befand. Das Beihilfeelement dieser Bürgschaft von 104 000 DEM fällt unter die De-minimis-Regelung. Die Anwendung der De-minimis-Regeln wird in der abschließenden Entscheidung in dieser Sache überprüft werden.

E. Neue Beihilfen

- (102) In Anbetracht vorstehender Ausführungen könnten die Maßnahmen 13 bis 17 und 23 bis 25, die Gegenstand einer Anordnung zur Auskunftverteilung waren, neue Beihilfen sein, weil die Kommission aufgrund der vorliegenden Angaben nicht entscheiden kann, ob sie mit genehmigten Beihilferegelungen in Einklang stehen.
- (103) Die Maßnahmen 18 bis 22, 26, 27, 31 und 32, von denen die Kommission erst nach Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens unterrichtet wurde, könnten ebenfalls neue Beihilfen sein. Diese Beihilfen wurden entweder nicht aufgrund einer genehmigten Rechtsgrundlage gewährt oder die Kommission kann anhand der vorliegenden Angaben nicht entscheiden, ob sie mit den Regelungen, nach denen sie angeblich gewährt wurden, in Einklang stehen.

⁽³⁰⁾ ABl. C 71 vom 11.3.2000, S. 14, Punkt 3.2.

F. Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt

- (104) Im Rahmen dieser vorläufigen Würdigung prüft die Kommission, ob die neuen Beihilfen als mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar angesehen werden können. Dies bezieht sich nur auf die neuen Beihilfen in Höhe von rd. 29,111 Mio. DEM⁽³¹⁾ zugunsten von Kahla II⁽³²⁾. Im Vertrag sind einige Ausnahmen vom Grundsatz der allgemeinen Unvereinbarkeit vorgesehen in Artikel 87 Absatz 1.
- (105) Zu diesem Zweck prüft die Kommission getrennt diejenigen Beihilfen, die bis 1996 gewährt wurden, als sich das Unternehmen in finanziellen Schwierigkeiten befand, und diejenigen, die ab 1997 gewährt wurden.

G. Bis Ende 1996 gewährte Beihilfen

- (106) Wie bereits bei Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens festgestellt, betrachtete die Kommission Kahla II bis 1996 als Unternehmen in Schwierigkeiten. Da die bis 1996 zugunsten des Unternehmens gewährten Beihilfen die Wiederherstellung der langfristigen Rentabilität eines Unternehmens in Schwierigkeiten betrafen, gelten folglich nur die Ausnahmebestimmungen des Artikels 87 Absatz 3 Buchstabe c) EG-Vertrag. Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe c) sieht die Genehmigung staatlicher Beihilfen vor, die der Förderung der Entwicklung bestimmter Wirtschaftszweige dienen, soweit sie die Handelsbedingungen nicht in einer Weise verändern, die den gemeinsamen Interessen zuwiderläuft. Für ihre Beurteilung als Rettungs- und Umstrukturierungsbeihilfen hat die Kommission besondere Leitlinien⁽³³⁾ aufgestellt, die in dieser Sache anwendbar sind⁽³⁴⁾.
- (107) Im Allgemeinen kann ein neu gegründetes Unternehmen nicht als Unternehmen in Schwierigkeiten im Sinne dieser Leitlinien angesehen werden. Wegen des außerordentlichen Umstellungsprozesses in den neuen Bundesländern wendet die Kommission jedoch vorläufig weiterhin diese Leitlinien im Falle von Auffanglösungen (Gründung eines neuen Unternehmens nach Gesamtvollstreckung) an, wenn die Tätigkeit des Unternehmens fortgeführt wird und nicht nur eine bloße Veräußerung der einzelnen Vermögensgegenstände erfolgt. Die Kommission ist in dieser vorläufigen Würdigung der Ansicht, dass dies bei Kahla II der Fall ist⁽³⁵⁾.

⁽³¹⁾ Der Betrag der Bürgschaften für Kredite, die in vollem Umfang eingerechnet wurden, sind in diesem Betrag nicht berücksichtigt, um eine Doppelzählung zu vermeiden.

⁽³²⁾ Aufgrund der vorliegenden Angaben ist die einzige Ad-hoc-Beihilfe zugunsten von Kahla I Maßnahme 8, die bereits bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens berücksichtigt wurde.

⁽³³⁾ ABl. C 368 vom 23.12.1994, S. 12.

⁽³⁴⁾ In Punkt 7.5 der Leitlinien des Jahres 1999 (ABl. C 288 vom 9.10.1999) heißt es: „Alle Rettungs- und Umstrukturierungsbeihilfen, die ohne Genehmigung der Kommission ... gewährt werden, wird die Kommission wie folgt auf ihre Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt hin prüfen: (...) auf der Grundlage der Leitlinien, die zum Zeitpunkt der Beihilfegewährung galten.“

⁽³⁵⁾ Siehe auch Fußnote 10 der Leitlinien der Gemeinschaft für staatliche Beihilfen zur Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten vom 9.7.1999 (ABl. C 288 vom 9.10.1999).

- (108) Die Gewährung von Umstrukturierungsbeihilfen erfordert einen durchführbaren, zusammenhängenden und weitreichenden Umstrukturierungsplan zur Wiederherstellung der langfristigen Rentabilität des Unternehmens innerhalb eines angemessenen Zeitraums auf der Grundlage realistischer Annahmen. Jedoch stellt die Kommission fest, dass für Kahla II kein Umstrukturierungsplan vorgelegt wurde. Daher hegt sie die gleichen Zweifel wie bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens.
- (109) Der Umstrukturierungsplan muss Maßnahmen enthalten, die ergriffen werden, um nachteilige Auswirkungen auf Konkurrenten nach Möglichkeit auszugleichen, da die Beihilfe sonst dem gemeinsamen Interesse zuwiderläuft und nicht freigestellt werden kann. Zeigt also eine objektive Beurteilung von Angebot und Nachfrage strukturelle Überkapazitäten auf einem relevanten Markt innerhalb der EU, auf dem das Unternehmen tätig ist, so muss der Umstrukturierungsplan einen im Verhältnis zur Beihilfe stehenden Beitrag zur Umstrukturierung der Branche in dem betreffenden Markt durch eine endgültige Reduzierung oder Stilllegung von Kapazitäten leisten.
- (110) Die Kommission stellt fest, dass der Porzellanmarkt saturiert ist und die Porzellanbranche an Überkapazitäten leidet. Den deutschen Behörden zufolge wurde die Fertigungskapazität von Kahla II um 44 % zurückgefahren. Die Kommission wurde nicht davon unterrichtet, ob die Produktionskapazitäten für Hotelporzellan hierbei berücksichtigt wurden. Auch wurde die Frage des endgültigen Kapazitätsabbaus nicht erörtert. Deshalb kann die Kommission nicht beurteilen, ob die ergriffenen Maßnahmen ausreichend sind, um nachteilige Auswirkungen auf Konkurrenten auszugleichen.
- (111) Schließlich erinnert die Kommission daran, dass es in der von Deutschland als Begründung für die TIB-Beteiligung vorgelegten Studie heißt, dass das mit einer solchen Beteiligung verbundene hohe Risiko ausgeglichen werden sollte, indem verhindert wird, dass Mitbewerber aus der Porzellanbranche in Thüringen Beihilfen erhalten. Wäre diese Linie konsequent verfolgt worden, wie die Beschwerdeführer behaupten, könnte die Beihilfe an Kahla II zusätzliche nachteilige Auswirkungen auf Konkurrenten gehabt haben.
- (112) Umfang und Intensität der Beihilfe müssen sich auf das für die Umstrukturierung notwendige Mindestmaß beschränken und in einem Verhältnis zu dem aus Gemeinschaftssicht erwarteten Nutzen stehen. Deshalb wird von den Investoren ein Beitrag zum Umstrukturierungsplan aus eigenen Mitteln verlangt. Außerdem muss die Beihilfe in einer solchen Form gewährt werden, dass dem Unternehmen keine überschüssige Liquidität zufließt, die es zu einem aggressiven, marktverzerrenden Verhalten in Geschäftsbereichen verwenden könnte, die von dem Umstrukturierungsplan nicht betroffen sind.
- (113) Wie bei Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens bereits festgestellt, wurden die Gesamtkosten der Umstrukturierung nicht ermittelt. Die Kommission kann daher nicht beurteilen, ob die Beihilfe auf das notwendige Mindestmaß beschränkt ist. Sie stellt überdies fest, dass aufgrund der vorliegenden Angaben der einzige Beitrag seitens des Investors darin besteht, dass er dem Unternehmen aus seinen eigenen Mitteln 0,055 Mio. DEM als Eigenkapital zugeführt hat.

- (114) Der Umstand, dass sich ein erheblicher Teil der erhaltenen Beihilfen auf die Liquidität auswirkt, rechtfertigt die Annahme, dass dem Unternehmen durch die Beihilfe zusätzliche liquide Mittel zugeflossen sind, die es zu einem aggressiven, marktverzerrenden Verhalten verwenden könnte, so etwa für Kampfpreise oder den Erwerb von Mehrheitsbeteiligungen an konkurrierenden Unternehmen. Die Kommission stellt insbesondere fest, dass die Beschwerdeführer speziell diese beiden letzten Argumente vorgebracht haben.
- (115) Demzufolge kann die Kommission nicht ermitteln, ob die Beihilfen in dem gewährten Umfang in einem Verhältnis zu Kosten und Nutzen der Umstrukturierung stehen.
- (116) Das Unternehmen muss den der Kommission vorgelegten Umstrukturierungsplan vollständig durchführen. Da kein Umstrukturierungsplan vorliegt, kann die Kommission nicht beurteilen, ob diese Voraussetzung der Leitlinien erfüllt ist.

H. Beihilfen ab 1997

- (117) Wie bereits festgestellt, stimmen die Maßnahmen 28 und 29 aufgrund der vorliegenden Angaben mit den genehmigten Beihilferegelungen, nach denen sie gewährt wurden, überein. Maßnahme 30 fällt angeblich unter die De-minimis-Regelung. Deshalb muss die Kommission entscheiden, ob die Maßnahmen 31 und 32 staatliche Beihilfen darstellen und ob sie als mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar angesehen werden können.
- (118) Was Maßnahme 31 betrifft, so muss die Kommission entscheiden, ob sie staatliche Beihilfen darstellen und als Beschäftigungsbeihilfen bewertet werden können, falls sie als Zuschüsse zur Beschäftigungsförderung nicht mit der Regelung, nach der sie ihrem Ziel entsprechend angeblich gewährt wurden, übereinstimmen. Da Deutschland keine Angaben über das durch diese Zuschüsse geförderte spezifische Projekt übermittelt hat, kann die Kommission in diesem Stadium nicht entscheiden, ob sie mit den Leitlinien für Beschäftigungsbeihilfen⁽³⁶⁾ in Einklang stehen.
- (119) Was die Zuschüsse im Rahmen der Maßnahme 32 betrifft, so dienen sie mehreren Zielen: 0,294 Mio. DEM für die Teilnahme an Messen, 0,009 Mio. DEM für FuE, 0,164 Mio. DEM für die Eingliederung von Arbeitnehmern und 0,114 Mio. DEM Kostenzuschüsse. Da keine weiteren Angaben zu diesen Zuschüssen und keine Einzelheiten zu den Vorhaben, für die sie gewährt werden, übermittelt wurden, kann die Kommission nicht entscheiden, ob sie staatliche Beihilfen darstellen und ob sie als mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar angesehen werden könnten.

SCHLUSSFOLGERUNGEN

- (120) Die Kommission hat entschieden, das Verfahren des Artikels 88 Absatz 2 EG-Vertrag in Übereinstimmung mit den Artikeln 6 und 16 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates auf die neuen Beihilfen auszuweiten.

Wie oben erläutert, kann die Kommission in diesem Stadium nicht ausschließen, dass die Maßnahmen staatliche Beihilfen sind und dass sie mit dem Gemeinsamen Markt nicht vereinbar sind. Dies ist der Fall bei den Maßnahmen 13 bis 27, 31 und 32.

- (121) Die Kommission weist Deutschland darauf hin, dass die meisten bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens geäußerten Zweifel bisher nicht zerstreut wurden. Zudem haben sich nach der Prüfung der Angaben, die infolge der Anordnung zur Auskunftserteilung übermittelt wurden, weitere Bedenken ergeben. Diese Fragen sind für eine Beurteilung der Beihilfemaßnahmen im Zuge dieser Verfahrensausweitung weiterhin von Bedeutung.
- (122) In Anbetracht dessen fordert die Kommission Deutschland auf, ihr innerhalb eines Monats nach Eingang dieses Schreibens alle Unterlagen, Angaben und Daten zu übermitteln, die für die Beurteilung der Vereinbarkeit der Beihilfe mit dem Gemeinsamen Markt notwendig sind. Neben diesen bereits bei der Einleitung des förmlichen Prüfverfahrens verlangten Angaben fordert die Kommission Angaben zu folgenden Punkten an:
- Angaben zu den Krediten, die von den Bürgschaften im Rahmen der Maßnahmen 14 und 23 besichert sind. Diese Angaben sollen es der Kommission ermöglichen festzustellen, ob in den verbleibenden 10 % dieser zu 90 % durch Landesbürgschaften gedeckten Kredite Beihilfeelemente enthalten sind;
 - die spezifische genehmigte Beihilferegelung in Maßnahme 20;
 - betreffend die Zuschüsse im Rahmen der Maßnahme 27, ausreichende Angaben, um festzustellen, ob sie staatliche Beihilfen sind und ihre Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt zu prüfen;
 - Angaben zu dem Vorhaben zur Beschäftigungsförderung, das im Rahmen von Maßnahme 31 finanziert wird. Diese Angaben sollten es der Kommission ermöglichen festzustellen, ob diese Maßnahmen staatliche Beihilfen sind und ihre Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt zu beurteilen;
 - ausreichende Angaben, um festzustellen, ob es sich bei den Zuschüssen im Rahmen der Maßnahme 32 um staatliche Beihilfen handelt und um die Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt zu prüfen.
- (123) Andernfalls erlässt die Kommission eine Entscheidung auf der Grundlage der ihr vorliegenden Angaben. Sie fordert Ihre Behörden auf, dem potenziellen Empfänger der Beihilfen unverzüglich eine Kopie dieses Schreibens zuzuleiten.
- (124) Die Kommission erinnert die Bundesrepublik Deutschland an die Sperrwirkung des Artikels 88 Absatz 3 EG-Vertrag und verweist auf Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates, wonach alle rechtswidrigen Beihilfen von den Empfängern zurückgefordert werden können.»

⁽³⁶⁾ ABl. C 334 vom 12.12.1994, S. 4.

Notificação prévia de uma operação de concentração**(Processo COMP/M.2631 — PTT/Hermes Versand)****Processo susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento simplificado**

(2002/C 26/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 22 de Janeiro de 2002, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, através da qual as empresas City Courier (Nederland) BV, controlada pela TPG NV («TPG»), e Hermes Boten Service GmbH & Co. KG, propriedade do Otto Versand Combined Group («Otto Versand»), adquirem, na acepção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo conjunto da EP Europost AG & Co. KG e da EP Europost Geschäftsführungs AG («EP Europost»), mediante aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

- TPG: operador postal nacional nos Países Baixos, que desenvolve actividades no domínio da logística e de correio expresso e correio normal nos Países Baixos e outros locais,
- Otto Versand: venda a retalho e por correspondência de produtos não alimentares, através de encomendas por catálogo, agências de viagens e entregas por correio, e
- EP Europost: distribuição de correio na Alemanha.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto. De acordo com a comunicação da Comissão relativa a um procedimento simplificado de tratamento de certas operações de concentração nos termos do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 ⁽³⁾, o referido processo é susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento previsto na comunicação.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.2631 — PTT/Hermes Versand, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
J-70
B-1049 Bruxelas
[fax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

⁽³⁾ JO C 217 de 29.7.2000, p. 32.

III

(Informações)

COMISSÃO

Convite à apresentação de propostas relativas ao quadro comunitário de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável ⁽¹⁾

(2002/C 26/08)

- I.1. O objectivo do presente convite à apresentação de propostas consiste na identificação das acções eventualmente elegíveis para apoio financeiro da Direcção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia.
- I.2. A título indicativo, e sob reserva da aprovação das dotações no orçamento para 2002, a DG do Ambiente tenciona atribuir, no total, cerca de 2,3 milhões de euros.
- I.3. Os domínios abrangidos, bem como a natureza e conteúdo das acções (tal como as condições de concessão da assistência e os formulários de candidatura) são apresentados na documentação que pode ser consultada no sítio web Europa, no seguinte endereço:

http://europa.eu.int/comm/environment/funding/intro_en.htm

ou comunicada gratuitamente aos interessados mediante pedido escrito dirigido à:

Comissão Europeia
Direcção-Geral do Ambiente
à atenção do Sr. C. Rouam, Chefe de Unidade
DG ENV B.3. Dimensão Territorial (BU5, 4/143)
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 95 61.

Todavia, é vivamente recomendada a consulta do sítio web.

II. Procedimento de apresentação e análise das propostas, calendário

O convite à apresentação de propostas está aberto até 27 de Março de 2002.

Todos os documentos necessários relativos a uma proposta devem ser enviados em triplicado para o endereço indicado no ponto I.3. Tais documentos devem ser apresentados de

acordo com os formulários que constam do anexo do guia relativo ao convite à apresentação de propostas.

A proposta completa deverá ser enviada por correio registado, ou entregue por um serviço de correio rápido ou em mão, no endereço acima indicado. Para entregas por correio, por favor, indique a morada acima indicada, se entregue por correio rápido ou em mão, por favor, indique a morada acima indicada e entregue no serviço central de correio da Comissão na Rua de Genève 1, B-1140 Bruxelas (Commune: Evere). Para efeitos da determinação da data da entrega da proposta faz fé o carimbo do correio, ou a data de recepção da mesma pelo serviço de correio rápido ou o aviso de recepção emitido pelo serviço da Comissão. Não serão aceites as propostas enviadas por fax, por via electrónica nem os processos incompletos ou enviados em várias partes.

A proposta deve, pelo menos, ser válida até 31 de Dezembro de 2002.

Procedimento de apreciação das propostas:

- recepção, registo e aviso de recepção pelos serviços da Comissão,
- análise pelos serviços da Comissão e consulta do comité consultivo previsto no quadro comunitário,
- elaboração da lista final de beneficiários e comunicação do resultado aos proponentes.

A selecção dos beneficiários basear-se-á nos critérios que constam da documentação relativa ao presente convite à apresentação de propostas e respeitará os limites das disponibilidades orçamentais.

Em caso de aprovação pela Comissão, será celebrado um contrato (expresso em euros) entre a Comissão e o proponente autor da proposta.

⁽¹⁾ Decisão n.º 1411/2001/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, relativa a um quadro comunitário de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável (JO L 191 de 13.7.2001, p. 1).

Exploração de serviços aéreos regulares**Concurso lançado pela França nos termos do n.º 1, alínea d), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho para a exploração de serviços aéreos regulares entre Lorient (Lann Bihoué) e Lião (Saint-Exupéry)**

(2002/C 26/09)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. **Introdução:** Nos termos do disposto no n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 de 23 de Julho de 1992, relativo ao acesso das transportadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias, a França decidiu impor obrigações de serviço público aos serviços aéreos regulares explorados entre Lorient (Lann Bihoué) e Lião (Saint-Exupéry). As normas impostas por estas obrigações de serviço público foram publicadas no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º C 25 de 29.1.2002.

No âmbito do procedimento previsto no n.º 1, alínea d), do artigo 4.º desse mesmo regulamento, a França decidiu limitar o acesso a uma só transportadora e conceder, após concurso, o direito de explorar serviços aéreos regulares entre Lorient (Lann Bihoué) e Lião (Saint-Exupéry) a partir de 1.5.2002, caso nenhuma transportadora aérea tenha iniciado ou esteja prestes a iniciar, em 1.4.2002, a exploração desses serviços, em conformidade com as obrigações de serviço público impostas e sem solicitar compensações financeiras.

2. **Objecto do concurso:** Fornecer, a partir de 1.5.2002, serviços aéreos regulares entre Lorient (Lann Bihoué) e Lião (Saint-Exupéry), em conformidade com as obrigações de serviço público impostas a essa ligação, tal como publicadas no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º C 25 de 29.1.2002.
3. **Participação no concurso:** A participação está aberta a todas as transportadoras aéreas comunitárias titulares de uma licença de exploração válida emitida por um Estado-Membro nos termos do Regulamento (CEE) n.º 2407/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à concessão de licenças às transportadoras aéreas.
4. **Processo de concurso:** O presente concurso está sujeito às disposições do n.º 1, alíneas d), e), f), g), h) e i), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92.
5. **Documentação do concurso:** A documentação completa do concurso, incluindo o regulamento específico do concurso e o modelo do contrato de prestação de serviço público, bem como o seu anexo técnico (texto das obrigações de serviço público publicado no *Jornal Oficial das*

Comunidades Europeias), pode ser obtida gratuitamente junto de:

Chambre de Commerce et d'Industrie du Morbihan, Aéroport civil de Lorient-Lann-Bihoué, F-56270 Lorient. Tel.: (33) 2 97 87 21 61. Fax: (33) 2 97 87 21 70.

6. **Compensação financeira:** As propostas apresentadas pelos concorrentes devem mencionar explicitamente o montante exigido a título de compensação para a exploração da ligação durante três anos a contar da data de início da exploração prevista (com um mapa discriminativo anual). O montante exacto da compensação finalmente concedida será determinado anualmente «ex post», em função das despesas e das receitas efectivamente geradas pelo serviço, no limite do montante que figura na proposta. Este limite máximo só poderá ser revisto em caso de alteração imprevisível das condições de exploração.

Os pagamentos anuais serão realizados sob a forma de adiantamentos e de um saldo de regularização. O pagamento do saldo de regularização apenas se efectuará após aprovação das contas da transportadora para a ligação considerada e verificação da execução do serviço nas condições previstas no ponto 8 a seguir.

Em caso de resolução do contrato antes do seu termo normal, aplicam-se o mais rapidamente possível as disposições do ponto 8, a fim de permitir o pagamento à transportadora do saldo da compensação financeira que lhe é devido, sendo o limite máximo indicado no primeiro parágrafo, se for caso disso, reduzido proporcionalmente à duração real da exploração.

7. **Duração do contrato:** A duração do contrato (de prestação de serviço público) é de três anos a contar da data prevista para o início da exploração dos serviços aéreos mencionada no ponto 2 do presente concurso.
8. **Verificação da execução do serviço e das contas da transportadora:** A execução do serviço e a contabilidade analítica da transportadora para a ligação considerada serão objecto de, pelo menos, uma verificação anual, em concertação com a transportadora.

9. **Resolução e pré-aviso:** O contrato só poderá ser resolvido antes do seu termo normal de validade por uma das partes signatárias mediante um pré-aviso de seis meses. Em caso de incumprimento pela transportadora de uma obrigação de serviço público, considera-se que a transportadora resolveu o contrato sem pré-aviso se não tiver retomado o serviço em conformidade com as obrigações de serviço público no prazo de um mês após ter sido notificada a cumprir.
10. **Sanções:** O incumprimento pela transportadora do prazo de pré-aviso mencionado no ponto 9 é sancionado por coima, no montante máximo de 7 622,45 EUR, nos termos do artigo R.330-20 do Código da Aviação Civil, ou por aplicação de uma multa calculada em função do número de meses de carência e do défice real da ligação relativamente ao ano considerado, até ao limite da compensação financeira máxima prevista no ponto 6.

Em caso de incumprimento grave das obrigações de serviço público, a resolução do contrato pode ser pronunciada considerando que a transportadora não respeitou qualquer pré-aviso.

Em caso de incumprimento limitado das obrigações de serviço público, serão aplicadas reduções à compensação financeira máxima prevista no ponto 6, sem prejuízo da aplicação do disposto do artigo R.330-20 do Código da Aviação Civil. Essas reduções terão eventualmente em

conta o número de voos anulados por razões imputáveis à transportadora, o número de voos efectuados com capacidade inferior à requerida, o número de voos efectuados sem respeitar as obrigações de serviço público em termos de escala, o número de dias durante os quais não foram respeitadas as obrigações de serviço público em termos de amplitude no destino, de tarifas praticadas ou de utilização de serviços informatizados de reservas.

11. **Apresentação das propostas:** As propostas devem ser enviadas pelo correio, por carta registada com aviso de recepção, fazendo fé o carimbo do correio, ou entregues directamente contra recibo, no máximo cinco semanas a contar da data da publicação do presente concurso no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, antes das 17.00 (hora local), no endereço seguinte:

Chambre de Commerce et d'Industrie du Morbihan, Aéroport civil de Lorient-Lann-Bihoué, F-56270 Lorient. Tel.: (33) 2 97 87 21 61. Fax: (33) 2 97 87 21 70.

12. **Validade do concurso:** Em conformidade com o n.º 1, alínea d), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92, a validade do presente concurso fica sujeita à condição de nenhuma transportadora comunitária apresentar, antes de 1.4.2002, um programa de exploração da ligação em questão a partir de 1.5.2002, em conformidade com as obrigações de serviço público impostas, sem solicitar qualquer compensação financeira.